

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA



CHAPADA DIAMANTINA

2016



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

**CHAPADA DIAMANTINA
2016**

Parcerias na Qualificação do Plano:

CAR: Companhia de Ação Regional

IFBA: Instituto Federal da Bahia

NEDET: Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

SDR: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural

SEPLAN: Secretaria Estadual de Planejamento

Equipe técnica:

Henrique Oliveira de Andrade - Coordenação/NEDET (IFBA)

Marco Aurélio Souza Xavier- ATIP/NEDET

Marleide Silva- ATGE/NEDET

Melissa Zonzon – ATGS/NEDET

Edicacio Souza de Jesus: ADT/SEPLAN

Colaboradores:

Núcleo Diretivo:

Gabriela Marques de Oliveira Vieira

Wilson Pianissola

Laênio Alves da Silva

Katia Cristina Caires Santos

Yam de Toledo Ataíde

Jorge Paulo de Miranda

Deodato Alcântara Filho

Vinícius Gaspar Luna Freire

Pitágoras de Luna Freire Alves

Joaquim Facundes Santos

Laurenço Santos Bruno

Sandro Monteiro Cabral

Coordenadores de Câmaras:

Agricultura: Jorge Paulo de Miranda

Assistência Social: Marcelo Alcântara

Cultura: Sandy Rosane

Economia Solidária, Associativismo, Cooperativismo e Comercialização: Evaristo Carneiro

Educação, Esporte e Lazer: Leonardo Rodrigues Teixeira

Meio Ambiente, Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade e Saneamento Ambiental:

Sirlene Rosa

Turismo: Paulo Ney Leite

Comitê de Mulheres: Iramaia Petronílio

Comitê de Juventude: Edivânio Souza

Contato do Colegiado

Rua Manoel Fabrício, S/N - Bairro Tamboril - Seabra-Bahia. CEP. 46.900-00

Telefone: (75)3331-1113 / 3331-1117

territoriochapada@hotmail.com

Sumário

1. Apresentação:	1
2. O Território	2
2.1 Histórico do Território	2
2.2 Caracterização Geral do Território	4
2.2.1. Características Ambientais.	5
2.2.2. Aspectos Socioeconômicos	8
2.2.3. Aspectos Culturais	15
3. Dimensões do Desenvolvimento	16
3.1 Dimensão Socioeconômica	17
3.2 Dimensão Ambiental	18
3.3 Dimensão Sociocultural e Educacional	20
3.4 Dimensão Político Institucional	23
4. Matriz de Ações	23
4.1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.	24
4.2. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	29
4.3 Formação Cidadã e Organização Social	30
4.4 Infraestrutura e Serviços Públicos	32
4.5. Preservação da Biodiversidade e Gestão dos Recursos Hídricos.	35
5. Gestão do Desenvolvimento	38
6. Bibliografia	41
7. Anexo I- FOTOS	42

1. Apresentação:

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território é uma das principais ferramentas de planejamento, organização social e construção das políticas territoriais.

Desde 2003, ano em que o Colegiado Territorial da Chapada Diamantina foi criado, já foram elaborados e qualificados quatro planos territoriais (2004, 2008, 2010, 2015). Os Planos têm por objetivo principal a elaboração do planejamento territorial por meio de concertação, diálogo e participação dos atores que compõem o território. Para além do diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural, bem como do histórico, constam nos Planos as demandas, visão de futuro e as estratégias que o Território visa colocar em prática em prol de seu desenvolvimento. Nesse sentido, é importante ressaltar que o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) deve abranger as diversas dimensões do desenvolvimento territorial, deve ser incluyente, e, por fim, sendo elaborado de forma participativa, deve conter as especificidades territoriais.

Foi com essas preocupações que se iniciou em junho de 2016 a elaboração do PTDRSS da Chapada Diamantina. Em uma primeira etapa, os assessores da equipe do Nedet/IFBA reuniram todas as demandas territoriais oriundas do PPA, dos antigos Planos, do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), e das Conferências de ATER, Mulher, Juventude, Juventude Rural, Fórum de Cultura, Encontro de Comunidades Quilombolas, com o objetivo de sistematizá-las e organizá-las. Em uma segunda etapa, foram realizadas oficinas com membros do Núcleo Diretivo, Câmaras Técnicas e Comitês Temáticos, a fim de validar e qualificar o documento gerado a partir da primeira etapa. Foram, ao todo, sete encontros com as Câmaras de Meio Ambiente, Agricultura, Economia Solidária, Turismo, Cultura, Educação, Comitê de Mulheres, lideranças quilombolas e de movimentos sociais de luta pela terra.

No decorrer destes três meses de trabalho, o Plano foi apresentado em duas plenárias e duas reuniões de Núcleo Diretivo, com o intuito de torná-lo acessível a um maior número de pessoas, assim como permitir ao colegiado o acompanhamento, a qualificação e a validação do documento. É importante ressaltar que, para além dos encontros presenciais, muitas contribuições foram feitas por meio virtual, o que possibilitou uma maior participação dos membros do Codeter na redação propriamente dita do Plano e apropriação da metodologia de elaboração desenvolvida.

Em suma, o PTDRSS da Chapada Diamantina contou com grande empenho e colaboração dos membros do Codeter. Fruto de um trabalho coletivo, ele traz importantes discussões e reflexões acerca das dimensões do desenvolvimento territorial, ao passo que aponta para possíveis caminhos a serem percorridos.

2. O Território

2.1 Histórico do Território

Segundo o antropólogo José Augusto Sampaio, a região da Chapada Diamantina é considerada historicamente uma região de apresamento e assassinato de indígenas. O apresamento foi usado para instaurar o trabalho escravo indígena, largamente utilizado no litoral, e o assassinato para “limpar” os espaços do interior para exploração, principalmente para criação do gado. Apesar do uso tão comum do termo genérico Tapuia entre os atuais moradores da Chapada para descrever os povos originários, estudos apontam a predominância da etnia Payayá como grupo dominante na região. Dados como extintos, um grupo de Payayás, na cidade de Utinga, iniciam um processo de retomada no final do século XX e começam a reescrever a história dos indígenas na Chapada Diamantina. A historiografia registra, também, que desde o processo de colonização do Brasil observou-se a existência de um forte fluxo migratório de povos do litoral, de língua Tupi, em direção ao São Francisco, atravessando, portanto, a Chapada Diamantina e deixando suas marcas, no intuito de resistir e se proteger do extermínio que se efetivava no litoral. Assim, cada localidade da Chapada Diamantina carrega as marcas da ocupação indígena, seja em suas práticas culturais, como a forte presença indígena nos cultos do Jarê, seja na própria presença física de grupos, ou mesmo indivíduos, auto identificados e espalhados em cada canto deste território.

A ocupação socioeconômica da Chapada Diamantina resultou da expansão da pecuária no Vale do São Francisco e das descobertas auríferas nas nascentes dos rios de Contas, Paramirim e Itapicuru, no início do século XVIII. Várias "bandeiras" passaram pela Chapada Diamantina à procura de ouro e pedras preciosas, e de índios para a escravidão. Contudo, o povoamento colonizador adveio inicialmente pelo oeste, com as fazendas de gado do latifundiário sesmeiro Antônio Guedes de Brito. As cabeceiras dos rios Paraguaçu, Jacuípe e Jequiriçá, e as serras do Orobó e do Sincorá foram ocupadas pelo colonizador branco, a partir de 1671, como resultado da "bandeira" de Estevão Ribeiro Baião Parente. Este vetor de povoamento atraiu populações para as terras conquistadas dos índios, inicialmente entre as cabeceiras do Jequiriçá, Sertão de Maracás e Serra do Orobó, depois entre os rios Paraguaçu e de Contas, atingindo, em pouco tempo, as terras do Sincorá e Chapada. (PTDS 2010).

O declínio da produção aurífera, iniciado ainda no século XVIII, conduziu grande parte dos garimpeiros a espalhar-se nas vizinhanças, como pequenos proprietários de terras, arrendatários e posseiros, produzindo autonomamente ou empregando-se como meeiros ou diaristas. A região assumiu, a partir de então, uma feição policultural, diversificando também as relações de trabalho com a meação, o diarista e a produção familiar autônoma – protocampesinato – onde predominava

inicialmente o escravismo, inclusive na pecuária. O maior fluxo migratório da Chapada ocorreu a partir do século XIX, com a descoberta do diamante, onde se multiplicaram as povoações de palhoças improvisadas, muitas das quais se consolidaram com a persistência dos garimpos, outras se esvaíram com ele. Entre 1844 e 1848, mais de 30 mil pessoas emigradas de toda parte do Brasil, sobretudo de Minas Gerais, em pouco tempo improvisaram vários povoados: Lençóis, Andaraí e Xique-Xique (Igatu); Barro Branco e Pedra Cravada, com mais de 50 mil habitantes.

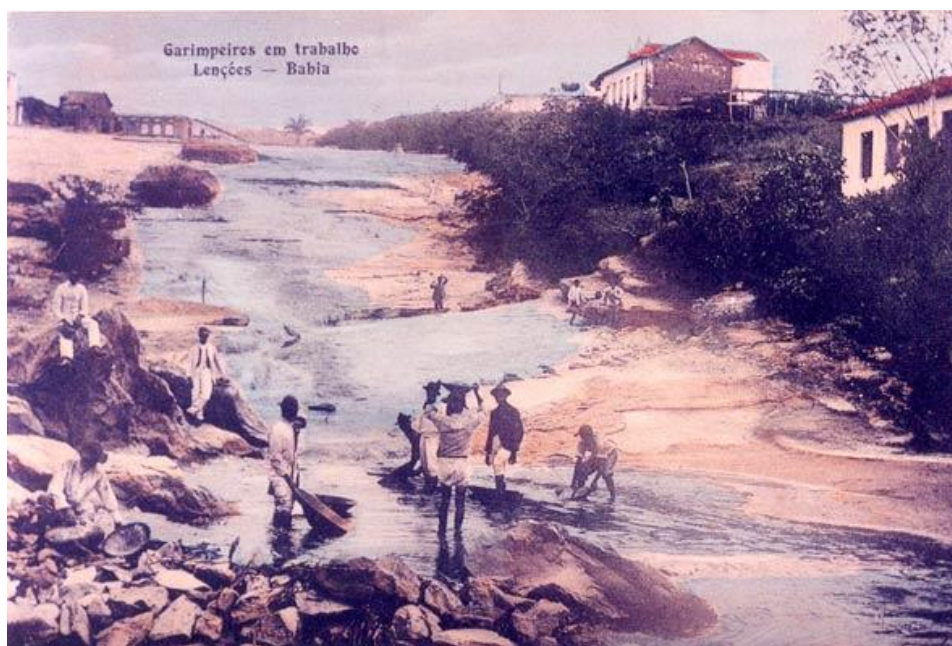


Figura 1: Garimpo de Lençóis

Fonte: Guia Chapada

Após uma fase áurea de cerca de um quarto de século, o garimpo entra em declínio a partir de 1871, devido principalmente à concorrência das jazidas sul-africanas, descobertas seis anos antes, e ao emprego de métodos extrativos rudimentares, que não permitiam a exploração de depósitos de médios e baixos teores.

A Chapada Diamantina viveu êxodos e diásporas, provocados pelos fluxos e refluxos mineradores ou flutuações pluviométricas, com eventuais estiagens de dimensões catastróficas, quando a influência dos meios de transporte e comunicação multiplicava as distâncias. A grande seca de 1857-1861 forçou grandes emigrações da região e circunvizinhanças. O declínio da população diamantífera na Chapada, cujos primeiros sinais foram notados em 1871-1872, provocou lentamente a dispersão dos garimpeiros e grande parte dos que não migraram dedicaram-se à plantação de café, cultura que conheceu um auge no início do século XX, mas que sofreu um grande declínio após a crise de 1930. Estas sucessivas crises acarretaram um longo período de estagnação econômica, tendo como consequência a migração da população para outras regiões do Estado e do país, com um decréscimo significativo da mesma.

Em 1985 foi criado o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), com a intenção de proteger a região e incentivar o turismo ecológico. O Parque abrange 152 mil hectares da serra do Sincorá e arredores, entre os municípios de Lençóis, Palmeiras, Ibicoara, distrito de Igatu (Andaraí) e Mucugê. Desde a sua criação, o ecoturismo vem se fortalecendo no território e tem se tornado uma das principais atividades econômicas, caracterizando assim um novo ciclo econômico da Chapada Diamantina.

Do ponto de vista sociocultural, as comunidades tradicionais, notadamente as comunidades remanescentes quilombolas, representam um importante traço cultural e agrário da Chapada, aspecto

diretamente ligado ao processo da ocupação territorial

2.2 Caracterização Geral do Território

O Território de Identidade Chapada Diamantina localiza-se majoritariamente no Centro Sul Baiano, ocupando uma área aproximada de 32.664 km² (IBGE, 2011) e correspondendo a quase 5,7% do território estadual. É composto administrativamente pelos municípios de Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva,

Foto 2: Território Chapada Diamantina
Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiapé, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (BAHIA, 2012).

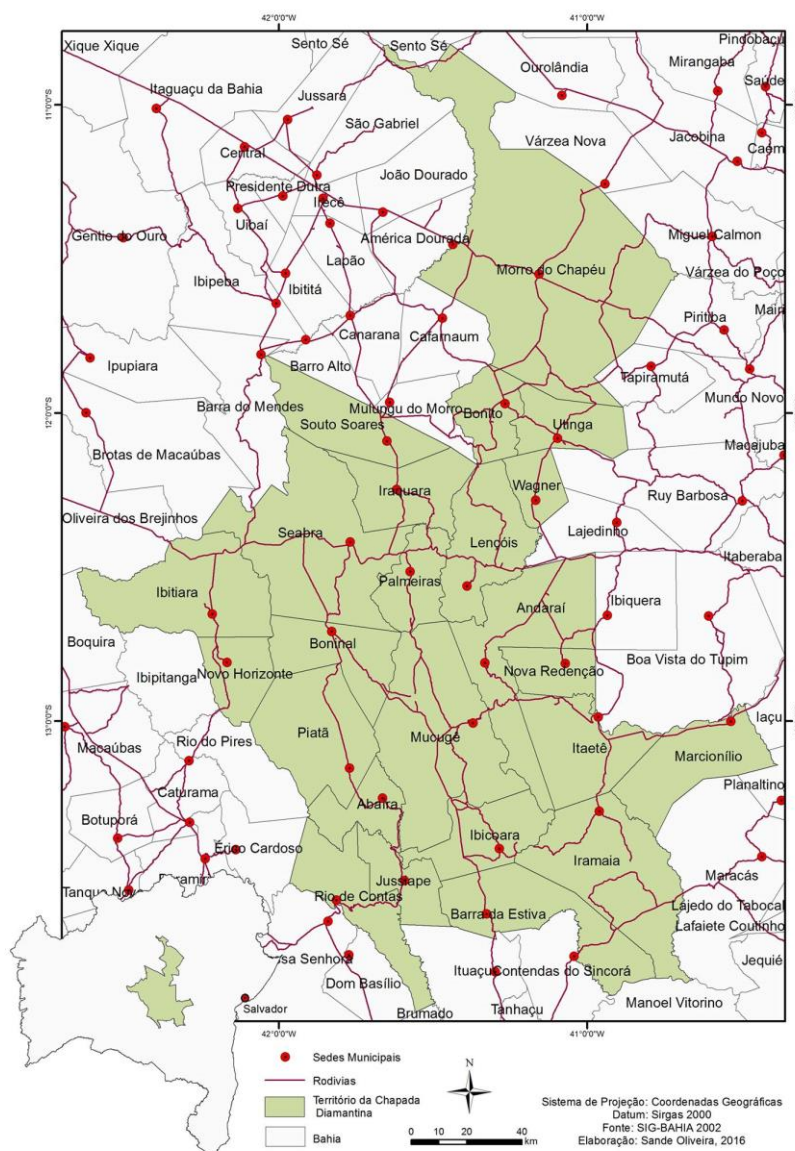


Figura 2: Mapa do Território de Identidade Chapada Diamantina

2.2.1. Características Ambientais.

O Território de Identidade da Chapada Diamantina está inserido na região semiárida, onde predomina um clima subúmido a seco, contrastando áreas mais chuvosas com áreas mais secas. A vegetação é formada por áreas de Caatinga, Cerrado, Floresta Estacional, Refúgio Ecológico, Floresta Estacional Submontana e Semidecidual, demonstrando que a extensa área do território tem grande variedade de ambientes vegetacionais. As áreas de refúgio ecológico são encontradas nas extensões mais acidentadas. Muitos fragmentos de Vegetação Secundária são registrados em Morro do Chapéu, Marcionílio Souza e Barra da Estiva.

O relevo do território é basicamente composto pela Chapada Diamantina e seu entorno de depressões, gerais, patamares, piemontes, planaltos, serras e superfícies dissecadas. As áreas mais altas são representadas pela superfície dissecada de Barra da Estiva, com altimetria chegando aos 1.300 m, e pelas Serras da Nascente do Rio de Contas, com altitudes ultrapassando os 2.000 m. A Depressão Sertaneja, entre Marcionílio Souza e Barra da Estiva e o Patamar Colinoso, a oeste da depressão, são as áreas de menor altitude, não extrapolando os 600 m (BRASIL, 1981, 1982) (BAHIA, 2013a).

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelaram que o uso do solo predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 38% da área do território. A cobertura vegetal ocupa área de aproximadamente 62% do território, com vegetação remanescente em torno de 52% da área do TI Chapada Diamantina.

A maior parte do Território está inserida na Bacia Hidrográfica do Paraguaçu, tendo ainda a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a Bacia Hidrográfica do Rio de Contas como fontes hídricas.

O Rio Paraguaçu é o curso d'água mais importante, cortando o Território de Ibicoara a Itaetê e Marcionílio Souza e sua bacia englobando os municípios de Mucugê, Andaraí, Itaetê, Nova Redenção, Boninal, Piatã, Palmeiras, Seabra, Lençóis, Iraquara, Souto Soares, Bonito, Utinga, Wagner, Morro do Chapéu e Marcionílio Souza, mostrando que o TI, apesar de estar no semiárido, dispõe de importantes rios para o Estado da Bahia.

Apesar desta riqueza, o Território da Chapada Diamantina vem conhecendo nos últimos anos uma

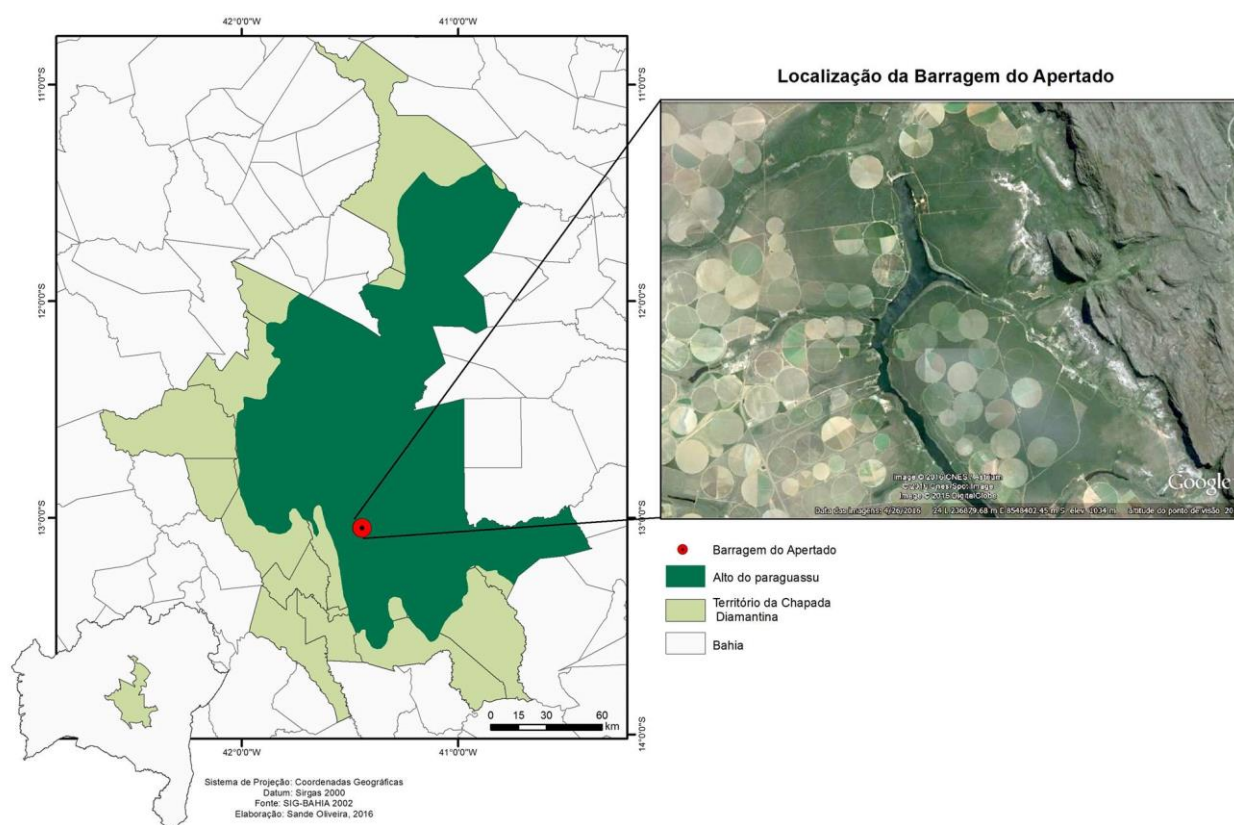


Figura 3: Bacia do Paraguaçu ¹

grande crise hídrica, tanto por aspectos climáticos gerais quanto pelo resultado de um processo de degradação ambiental intensa, potencializando processos erosivos superficiais e fluviais, causando assoreamento, rebaixamento do lençol freático e diminuição drástica nas vazões fluviais.

Com o intuito de preservar toda a biodiversidade existente, foram criadas sete Unidades de Conservação, contidas parcial ou completamente no território, sendo o Parque Nacional da Chapada Diamantina a única área federal, com 152.141 ha e abrangendo os Municípios de Palmeiras, Lençóis,

¹ O mapa em destaque caracteriza o território Chapada Diamantina e a porção da bacia hidrográfica do Paraguaçu que integra o território. Não se trata do alto curso e sim de uma porção territorial da bacia.

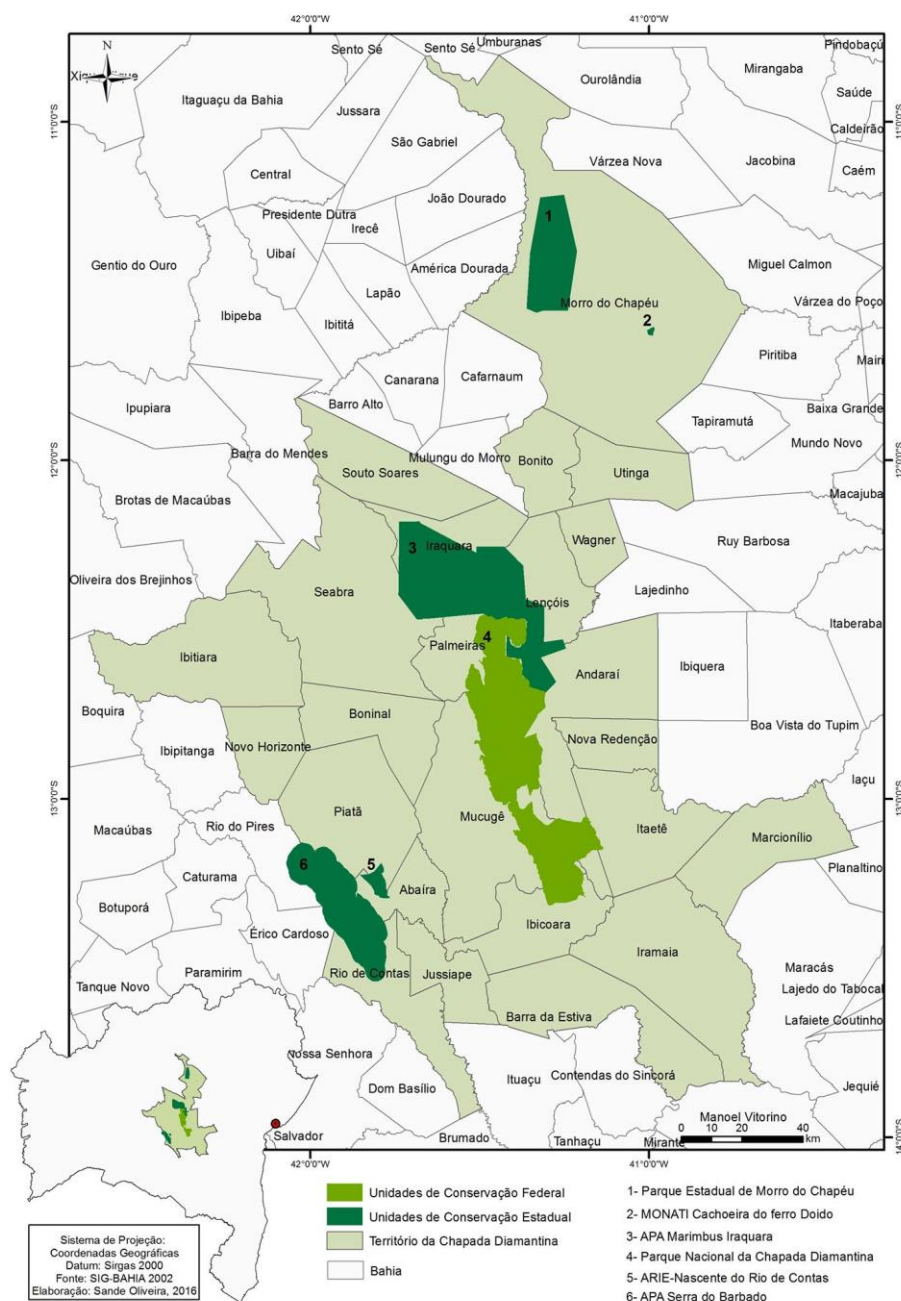


Figura 4: Unidades de Conservação

Andaraí, Itaetê, Ibicoara e Mucugê. As outras áreas protegidas, de responsabilidade estadual e municipal, somam um total de 258.765 ha, aproximadamente, com várias unidades de conservação municipais. Mais de 170 cavernas estão registradas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (2009) no TI, número justificado especialmente pelo ambiente calcário, que propicia a formação de cavidades. Iraquara é o município de maior ocorrência, sendo suas grutas bastante exploradas turisticamente e por estudiosos do tema.

As mais famosas são Lapa

Doce, Gruta da Pratinha, Torrinha, Poço Azul e Poço Encantado.

Para além desta biodiversidade, também foram identificados 71 sítios arqueológicos localizados em 11 municípios, especialmente Seabra e Rio de Contas, com registros de arte rupestre e estruturas construtivas com cerâmica e material lítico. Diversos sítios arqueológicos da região destacam-se devido ao conjunto de arte rupestre encontrado, como os sítios de Santa Marta e Lapa do Sol (Iraquara), Toca da Figura e Toca do Pepino (Morro do Chapéu) e o Complexo Serra das Paridas I (Lençóis). Somente entre as cidades de Rio de Contas e Jussiapé, constatarem-se 18 sítios numa faixa de transição entre cerrado e caatinga com aproximadamente 44 km.

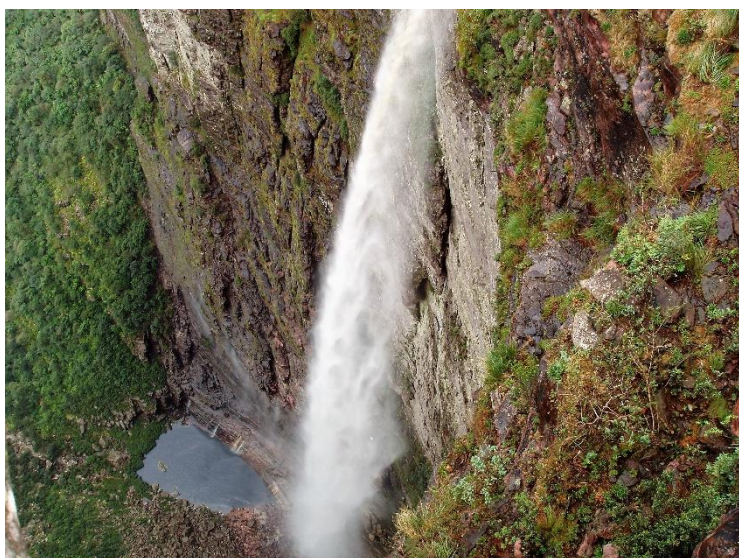


Figura 5: Cachoeira da Fumaça/PNCD Fonte: Guia Chapada

O território de identidade é destaque no cenário estadual graças às belezas naturais. Os principais atrativos são Igatu, uma antiga vila de garimpeiros construída de pedras, em Andaraí; o Vale do Capão e o Morro do Pai Inácio, ambos em Palmeiras, este último um dos lugares de contemplação mais visitados da região; o Vale do Pati, a Cachoeira da Fumaça (foto), a Cachoeira do Buracão, Mucugezinho e o Poço do Diabo, entre Lençóis e Palmeiras; e as grutas do Lapão

(Lençóis), Lapa Doce e Fumacinha (Iraquara). (SEI).

Assim como todo esse potencial vem sendo explorado para o desenvolvimento econômico da região por meio do ecoturismo, destacam-se também a presença da atividade de mineração e da produção agrícola. As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: diamante, em Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Piatã e Seabra; quartzo hialino (cristal de rocha), em Abaíra, Barra da Estiva, Boninal, Ibicoara, Ibitiara, Morro do Chapéu, Mucugê, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã e Seabra; e bário, em Barra da Estiva, Ibitiara, Iramaia, Jussiape, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Piatã e Seabra. Outros minerais presentes no TI são ouro (em Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Mucugê, Novo Horizonte, Piatã e Rio de Contas), diatomita, calcário, arenito, caulim, manganês, cobre, chumbo, dolomito, estanho, pirofilita, dentre outros.

As áreas cultivadas têm uma multiplicidade importante, até em virtude da extensão do Território e do caráter acidentado do relevo, com áreas cultiváveis interrompidas pela presença de afloramentos rochosos. Há produção de sisal, policultura comercial e de subsistência em Morro do Chapéu, Iraquara e Souto Soares, culturas temporárias irrigadas ou não entre Souto Soares e Palmeiras, café em vários municípios, como Piatã, Ibicoara, Utinga, Bonito e Seabra, e cultivo de batata, feijão, milho e cebola em Ibicoara e Mucugê. As pastagens também estão presentes em todo o território, ora somente nas atividades agropastoris, como em Marcionílio Souza e Iramaia, ora intercaladas com milho e feijão, a exemplo de Piatã e Seabra (BRASIL, 1981, 1982) (BAHIA, 2013a) (IBGE, 2012).

2.2.2. Aspectos Socioeconômicos

Segundo dados da SEI, o setor de comércio e serviços apresenta uma maior participação no Valor Agregado Bruto (VAB) do TI, com 65,8%, seguido pela agropecuária, com 20,7%, e pela indústria, com 13,5%. O produto interno bruto (PIB) do TI no ano de 2012 foi de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões, representando 1,4% do PIB estadual. Para o mesmo ano, o PIB per capita do território foi de R\$ 6.372,04, inferior ao da Bahia, que apresentou o valor de R\$ 11.832,33.

Os municípios com maiores valores de PIB são Mucugê (R\$ 279 milhões), Seabra (R\$ 273 milhões), Ibicoara (R\$ 194 milhões), Morro do Chapéu (R\$ 187 milhões) e Iraquara (R\$ 164 milhões). O alto valor do PIB nesses municípios pode, em grande parte, ser atribuído às atividades do agronegócio para Mucugê e Ibicoara; às atividades de comércio e serviços para Seabra; à agropecuária para Morro do Chapéu e produção de biodiesel em Iraquara. Os menores PIB são Jussiape (R\$ 33 milhões), Nova Redenção (R\$ 35 milhões) e Abaíra (R\$ 40 milhões). Outros municípios mostraram elevada

participação da administração pública em relação ao PIB: Souto Soares (49,9%); Iramaia (46,5%); Abaíra e Andaraí (46,4%) e Ibitiara (44,8%). Isto demonstra a dependência dos municípios e menor dinamismo econômico dos serviços públicos e das transferências de fundos municipais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Ainda segundo a SEI, Seabra tem a maior representatividade nos setores de comércio e serviços e indústria, com respectivos 14,1% e 9,6% da totalidade do TI. Conforme dados da RAIS (BRASIL, 2013d), Seabra concentra 22,5% dos estabelecimentos comerciais e 20,4% das empresas de serviços do TI. Também apresenta a maior participação relativa das indústrias de transformação, com 21,6%.

Em quantidade de estabelecimentos no setor do comércio,

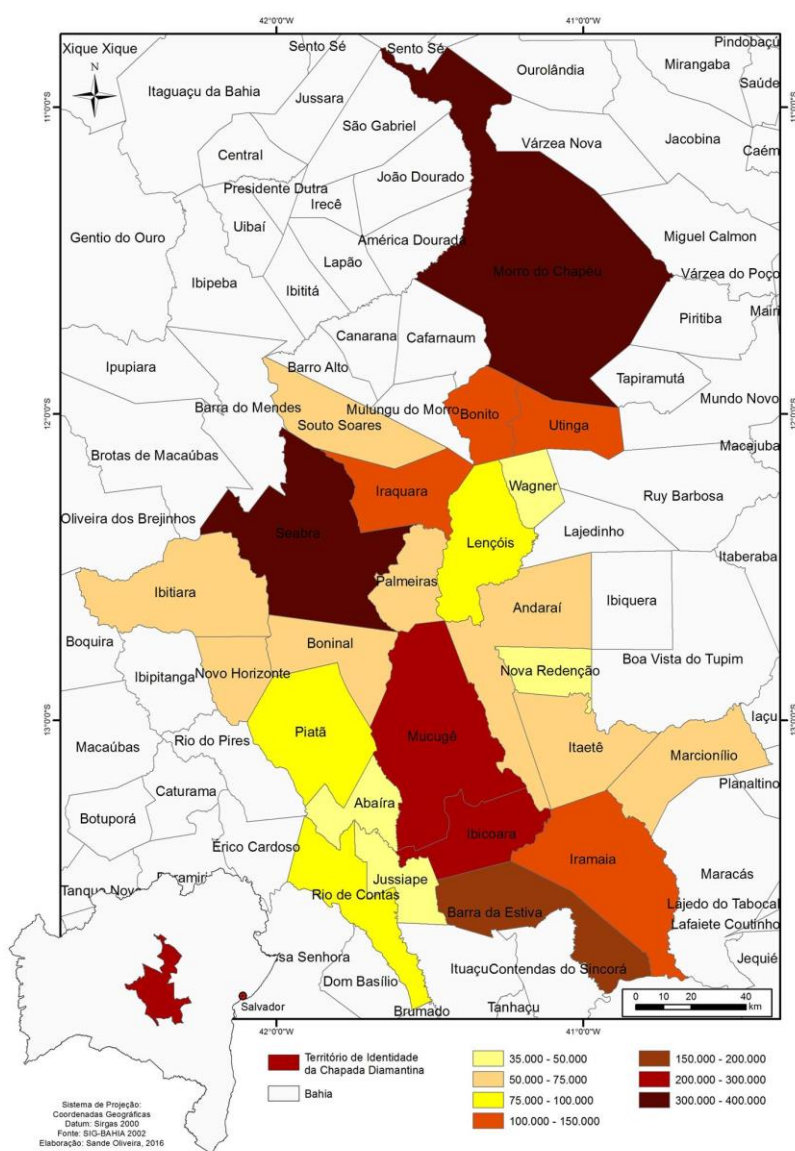


Figura 6: PIB

Seabra lidera com 250 unidades, seguida de Barra da Estiva com 197 unidades. Com relação aos estabelecimentos de serviços, Seabra lidera com 100 estabelecimentos, seguida de Lençóis, 59 (quantitativo atribuído ao forte desenvolvimento turístico da cidade).

O segundo setor com maior participação no PIB do território é a agropecuária, os municípios com maiores participações no VAB do TI são Mucugê (37,2%) e Ibicoara (16,5%). Os demais apresentaram participação abaixo de 8,0%.

Quadro Comparativo da Produção Agrícola do TI			
Principais Lavouras Permanentes- 2012			
Município	Cultura	Proporção da produção municipal com relação à produção territorial	Proporção da produção territorial com relação à produção estadual
Mucugê	Café	42%	18%
Ibicoara	Maçã	97,60%	100%
	Sisal	93%	4,90%
Morro do Chapéu	Marmelo	100%	100%
Principais Lavouras Temporárias - 2012			
Município	Cultura	Proporção da produção municipal com relação à produção territorial	Proporção da produção territorial com relação à produção estadual
Mucugê	Alho	93,30%	67,40%
	Arroz	77,90%	6%
	Batata doce	98,80%	5,60%
	Batata inglesa	66,10%	99,90%
	Cebola	99,70%	30%
	Tomate	48,30%	48,30%
	Mamona		14,50%

Tabela 1: Produção Agrícola Fonte: SEI 2016

Estes dados disponibilizados pela SEI devem ser contextualizados, levando-se em conta que boa parte da produção destacada é fornecida por empresas que seguem modelos do agronegócio. A agricultura familiar, por sua vez, por mais que seja a principal atividade econômica da população do território, alcança pouco destaque econômico. Em toda a extensão territorial da Chapada Diamantina, os principais produtos comercializados pela agricultura familiar são: café, cana-de-açúcar, fruticultura, mamona e mandioca. Todos os municípios do território têm potencial para produção da mandioca, com destaque para os municípios de Andaraí, Bonito, Iraquara, Itaetê, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Souto Soares e Utinga. Por outro lado, quando observamos os últimos dados fornecidos percebe-se que os municípios com maior produção não são necessariamente aqueles com maior

potencial. Ou seja, falta investimento em assessoria técnica, formação e maquinário para um maior e melhor desenvolvimento do setor da agricultura familiar.

O principal produto derivado da mandioca é a farinha, presente em todos os municípios do território. A produção da farinha de mandioca, apesar de ter um baixo valor de mercado, tem grande importância enquanto prática cultural alimentar, configurando-se como traço identitário da Chapada Diamantina. Os alimentos básicos – feijão, milho e mandioca – são produzidos, praticamente, por todos(as) os(as) agricultores(as) familiares, como forma de subsistência das famílias. Alguns municípios do território, além de produzirem estes alimentos, também os comercializam. O feijão está difundido em todo o território e é um produto estratégico para os produtores familiares na geração de renda e segurança alimentar.

No que concerne à pecuária, a bovinocultura está presente em todo o território com plantéis de animais de baixo padrão, sem raça definida, e com predominância do gado de corte. Os criadores desenvolvem práticas tradicionais sem manejo adequado. A maior parte da produção de leite é vendida para cooperativas regionais que processam e beneficiam o produto. Na produção de gado de corte comercializa-se tanto o animal vivo quanto o animal abatido. O território dispõe de 328.080 cabeças de bovinos, 49.106 caprinos e 34.190 ovinos (SEI). Destacam-se os municípios de Marcionílio Souza (presença de cooperativa contemplada com o projeto do Bahia Produtiva em bovinocultura leiteira – CAR, 2016), Morro do Chapéu e Iramaia no rebanho bovino, Barra da Estiva e Morro do Chapéu no rebanho caprino e Marcionílio Souza e Morro do Chapéu no rebanho de ovinos. Além dos bovinos, caprinos e ovinos, outras criações animais como suínos, aves, peixes e abelhas também são produzidas e comercializadas em diversos municípios do território. A produção de aves, especialmente galinhas, ocorre em todos os municípios.

A produção industrial no território está representada por sete empresas, segundo o Inema (BAHIA, 2013a), com atividades diversificadas. Seabra e Iraquara concentram a maioria e têm a produção de óleo e gorduras vegetais, biodiesel, asfalto e abatimento de animais como atividades de destaque. Em Ibicoara e Souto Soares, há processamento de batata e tomate e atividades ligadas a petróleo, biodiesel e asfalto, respectivamente.

De acordo com o DATASUS, a população total do território de identidade correspondia a 395.620 habitantes em 2015. No que se refere à distribuição por gênero, em 2010, 50,1% eram do sexo feminino, e 49,9%, do sexo masculino. Sua população vem envelhecendo, sendo que a população com mais de 60 anos passou de 8,4% para 11,6% entre 2000 e 2010. Na distribuição populacional entre os 24 municípios, Seabra apresentava 44.999 habitantes, e tinha a maior proporção com 11,2% da população total do TI em 2015, e o menor foi Jussiape com 1,9% da população. Do total de habitantes do TI, 48,4% residiam no meio urbano, e 51,6%, no meio rural, revelando um baixo nível de

urbanização. Dos nove municípios que apresentaram população majoritariamente residindo em áreas urbanas, apenas três tinham grau de urbanização superior a 70,0%, indicando que o processo de urbanização estava bastante defasado em relação ao restante do estado. (2010, SEI).

A migração impactou negativamente sobre a população total: entre 2005 e 2010, o território perdeu

2,35% de seus habitantes: os 12,6 mil emigrantes foram compensados pela chegada de apenas 4,6 mil imigrantes. Desse fluxo emigratório, mais de 9 mil pessoas partiram com destino a São Paulo (SDR).

Segundo o IBGE (2010), dos 24 municípios que compõem o território, oito (Palmeiras, Seabra, Lençóis, Boninal, Mucugê, Rio de Contas, Abaíra e Jussiapé) apresentam índice de

desenvolvimento médio, ou seja, entre 0,643 (para Palmeiras) e 0,602 (para Jussiapé). O IDHM destes municípios encontra-se próximo à média do Estado baiano, que é de 0,660. Em contrapartida, os municípios com menor IDHM no território são: Andaraí, Marcionílio Souza, Bonito e Nova Redenção (em ordem crescente). O Território Chapada Diamantina registra índice de concentração de renda – Gini –

inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,557 no território. Quanto mais elevado o Gini (próximo a 1), maior a concentração de renda. O território, inclusive, registra avanços em relação à melhor distribuição da riqueza, já que em 2000 esse índice era de 0,578.

Com relação ao mercado de trabalho, a SEI revela que os dados levantados no Censo 2010 indicam que o rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas com rendimento no TI era de R\$ 529,00, bem abaixo do encontrado para o Estado (R\$ 901,85). No TI, todos os municípios apresentaram rendimentos médios menores que o do Estado da Bahia. Lençóis tinha o maior

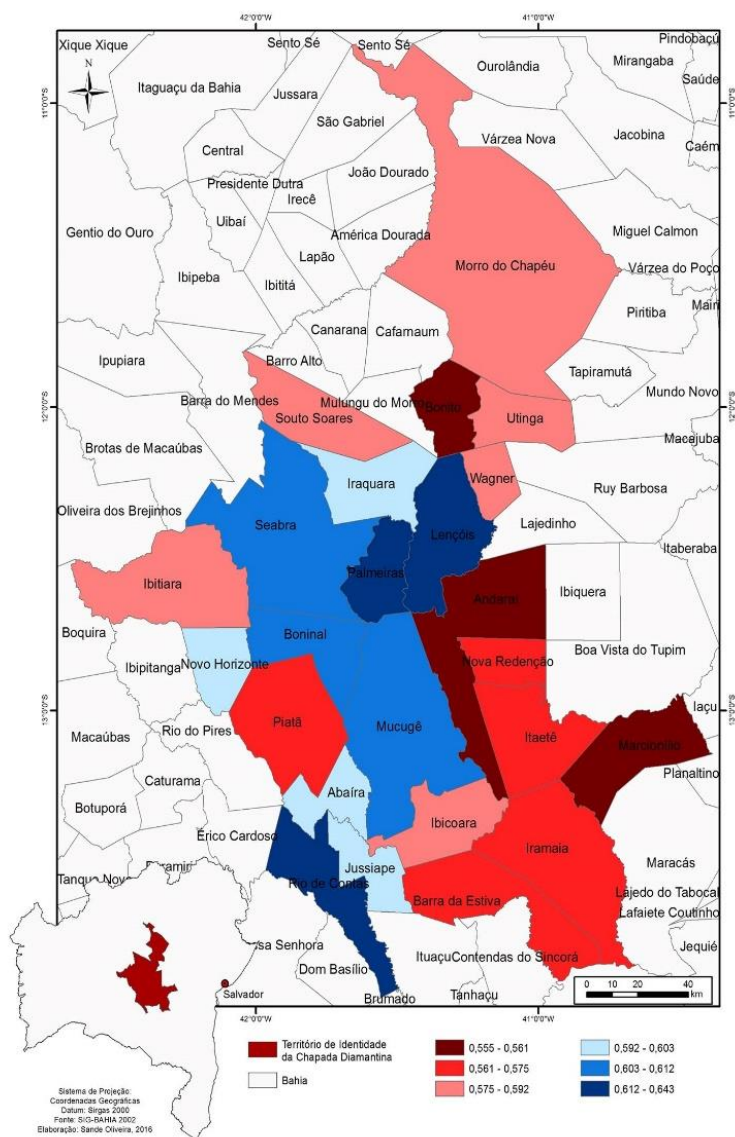


Figura 7: IDHM

rendimento médio (R\$ 717,00), seguido por Palmeiras (R\$ 633,00) e Mucugê (R\$ 610,00). Em 2010, o TI tinha 109.893 pessoas ocupadas com rendimento, o que representava 2,2% do total do Estado. As pessoas não remuneradas do TI em 2010 correspondiam a 4,4% do total de não remunerados do Estado, indicando que essa era uma prática bastante comum no território. Esse contingente de pessoas não remuneradas era bastante disseminado entre os municípios, sendo as maiores proporções encontradas em Seabra (12,3%), Morro do Chapéu (9,9%) e Souto Soares (9,4%). Os trabalhadores na produção para o próprio consumo do TI representavam 4,9% do total da Bahia, e mais uma vez o município de Seabra exibiu a maior proporção (13,7% do total do TI). Os altos contingentes nessas duas situações de ocupação são resultado dos reduzidos graus de urbanização observados, pois geralmente essas condições estão associadas a populações rurais.

O estoque de emprego formal no TI cresceu 209,2% entre 2001 e 2011, tendo, ao final do período, acumulado 24.829 vínculos formais de trabalho, uma variação superior à ocorrida no Estado no mesmo período. Um dos setores que se destacou na geração de postos de trabalho no referido intervalo foi a Agricultura: o número de empregos passou de 1,4 mil para 4,9 mil em dez anos, seguido dos setores de comércio e serviços, e industrial. Apesar dos avanços, é necessário pontuar que o mercado de trabalho na Chapada Diamantina apresenta situações precárias. Uma delas é que os trabalhadores sem carteira assinada são quase o dobro daqueles que são formalizados (48,7 mil contra 25,8 mil), e recebiam, em 2010, salários um pouco acima da metade dos trabalhadores formalizados (SDR).

Segundo dados disponibilizados pela SDR, no âmbito da educação, um dos avanços verificados no Território Chapada Diamantina foi a redução do número de analfabetos entre 2000 e 2010. A taxa caiu de 28,3% para 20,8% para a população com idade superior a 15 anos. Note-se, porém, que é superior à média baiana, que alcança 16,3%. As taxas mais elevadas foram verificadas em Nova Redenção (27,3%) e Andaraí (27,3%). Os índices mais baixos foram registrados em Seabra, com 14,5%, e em Barra da Estiva, com percentual de 15,4%. O acesso à educação na faixa etária entre 6 e 14 anos caminha para a universalização no território, tendo passado de 90% para 97,3% entre 2000 e 2010. Iraquara, com 99,1%, alcançou o melhor desempenho; o mais baixo foi registrado em Nova Redenção, com 95,1%. Com relação à faixa etária entre 4 e 5 anos a universalização ainda é um desafio, embora o avanço no mesmo período tenha sido expressivo, passando de 42,9% para 79,7%. O destaque é Abaíra, com 92,1% da população infantil em sala de aula. Com relação à população com idade entre 15 e 17 anos, houve razoável elevação do acesso à educação entre 2000 e 2010: passou de 73,5% para 83,5%. O grande desafio, porém, coloca-se em relação à permanência desse segmento em sala de aula: a taxa de escolaridade líquida, que considera os que efetivamente permanecem na escola, é muito baixa: 12,3% e 39,3% em 2000 e 2010, respectivamente.

Ainda segundo a SDR, a Chapada Diamantina apresenta resultados satisfatórios em relação à mortalidade infantil na comparação com a Bahia. No território, o número de crianças mortas antes de completar o primeiro ano de vida caiu de 29,9 por mil nascidas vivas em 2000 para 16,9 por mil em 2010, menor que o índice registrado para o conjunto da Bahia (18 por mil). No indicador que considera a mortalidade infantil até o quinto ano de vida, os números também são favoráveis, passando de 33,7 por mil nascidas vivas para 19,2 por mil entre 2000 e 2010, respectivamente. Esse número é pouco inferior ao que se registra para o estado, de 20,7 por mil nascidos vivos. Apesar destes avanços, os atores do território clamam pela melhoria e ampliação dos serviços básicos de saúde, bem como pela implementação de serviços de atendimento de média e alta complexidade.

Ainda sobre os aspectos sociais, uma das grandes especificidades do território é a presença de diversas comunidades tradicionais, com destaque para as comunidades quilombolas, indígenas, fundo de pasto e ciganas. O TI Chapada Diamantina tem o segundo maior volume de comunidades de remanescentes quilombolas reconhecidos pela Fundação Palmares na Bahia, atrás apenas do território de Irecê. São mais de 80 comunidades quilombolas, a maioria certificada pela Fundação Cultural Palmares. Vale ressaltar o processo histórico do povo negro na Chapada Diamantina na luta pela cidadania, por direitos sociais e principalmente pelo direito à vida, visto o intenso processo de escravidão ao qual esse povo foi submetido por mais de trezentos anos. Faz-se urgente a certificação desses agrupamentos identificados, no intuito do atendimento das especificidades e preservação do modo de vida deste grupo social.

Por outro lado, a reforma agrária é um dos aspectos determinantes da composição socioeconômica do TI, com mais de 50 projetos de assentamento, cerca de 140 mil ha, podendo atender a 4.910 famílias, sendo o município de Itaetê aquele que abriga o maior número de famílias (836 famílias assentadas) seguido pelo município de Marcionílio Souza (700 famílias).

As comunidades tradicionais da Chapada Diamantina, englobando nesse ponto diretamente os agricultores familiares, representam a potencialidade de desenvolvimento do território, pois são nelas que estão os principais aspectos associados com a valorização da cultura e a preservação do meio ambiente, da terra e da água. É na Agricultura familiar/camposinato que residem as experiências mais consolidadas ligadas à Agroecologia e à segurança alimentar, as quais revivem experiências de retomada de consciências ancestrais de produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos, comum para o agronegócio tão pujante no território. A vivência na terra associada com a preservação socioambiental é marca do camposinato, e para tanto necessitam de políticas públicas de valorização, financiamento e potencialização dos saberes, práticas, ciências, consciências e experiências consolidadas ao longo de anos na resistência histórica a colonialistas, coronelistas e capitalistas.

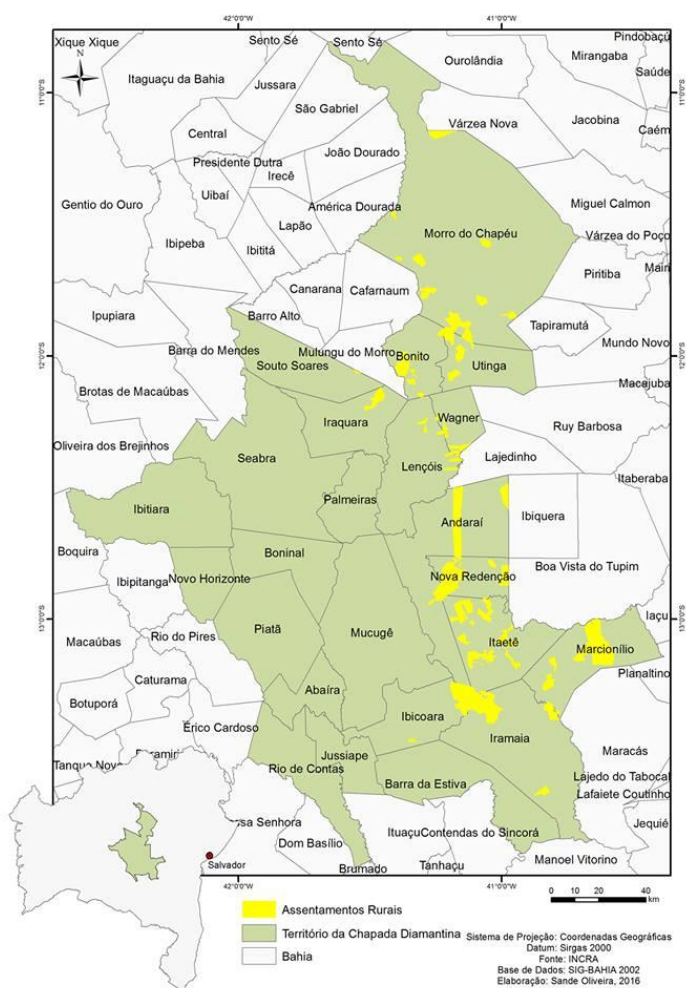


Figura 8: Áreas de assentamento

2.2.3. Aspectos Culturais

O território da Chapada Diamantina é um dos mais dinâmicos do Estado da Bahia no campo cultural, tanto por conta da diversidade das expressões artísticas, identitárias e da cultura tradicional, quanto pela capacidade de proposição de projetos e atração de recursos financeiros destinados a apoiar iniciativas do setor. A formação territorial da Chapada Diamantina revela na atualidade evidências de processos históricos de ocupação humana e desenvolvimento de atividades econômicas que tornam o território um exemplo singular de diversidade cultural em comparação com o Brasil e o mundo.

São numerosas as expressões da cultura tradicional e artísticas que se desenvolveram na Chapada Diamantina. No caso da cultura tradicional, algumas expressões lutam para resistir às dinâmicas culturais atuais, enquanto outras foram praticamente extintas. Já as expressões artísticas passam por diferentes processos de desenvolvimento.

Entre as principais expressões da cultura tradicional do território estão: os grupos de reisado, ou folia de reis, grupos de marujada, a lamentação das almas, os festejos do jarê, os festejos e demais

expressões da cultura vaqueira, encontros de cultura e fé, os festejos e costumes garimpeiros, festejos juninos, os carnavais tradicionais, os festejos do Divino, festejos de padroeiros e de cunho religioso (a exemplo do Corpus Christi e das celebrações aos orixás), o Mucutum Zezé (Mucugê), entre outras inumeráveis expressões. A maioria destas expressões enfrentam sérios riscos de continuidade, problema agravado frente aos avanços de expressões culturais externas de alto apelo mercadológico e da falta de apoio geral do poder público.

Entre as expressões artísticas que possuem significativa importância no território estão o teatro, a música, as artes plásticas, o artesanato, as artes circenses, a literatura, entre outras. É importante ressaltar a realização de eventos já consolidados no território, a exemplo dos festivais de música (Festival de Música de Lençóis, Festival de Jazz do Capão, Festival de Corais de Mucugê, Festival do Chorinho de Mucugê, Encontro de Filarmônicas de Morro do Chapéu, Carnaval, entre outros), além de eventos de outras expressões, como a Mostra de Dança de Lençóis, os eventos do Circo do Capão, Festa da Cachaça de Abaíra, entre outros.

Com relação ao patrimônio material, é importante ressaltar a presença de sítios arqueológicos, que datam de milhares de anos, onde estão impressas as marcas da presença humana nas rochas na forma de pinturas rupestres, bem como dos bens tombados pelo IPAC (com destaque para Andaraí, Lençóis e Morro do Chapéu). É necessário o estímulo às pesquisas relacionadas ao tema e a sensibilização dos atores sociais e dos poderes públicos locais, estadual e federal para a identificação, preservação e valorização deste patrimônio. Os principais atores responsáveis por estes campos, respectivamente, na esfera pública, são o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), presente no território, e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). É importante ressaltar o potencial do território para o desenvolvimento do turismo de viés arqueológico e histórico e a consequente geração de emprego e renda a partir de investimentos, ações e esforços públicos e privados.

3. Dimensões do Desenvolvimento

O território de Identidade e Cidadania da Chapada Diamantina é constituído por 24 municípios e possui uma área aproximada de 32.664 km², ou seja, possui uma grande diversidade cultural, socioeconômica, produtiva, e etc. Apesar de partilharem uma identidade comum, a diversidade do território é uma de suas grandes riquezas e aspecto marcante em seu desenvolvimento. A fim de dar conta das diferentes dimensões do Desenvolvimento Territorial, levando em conta tanto as potencialidades quanto os desafios postos ao Território Chapada Diamantina, organizaremos o conteúdo entre as seguintes dimensões: Socioeconômica; Político-Institucional; Ambiental; e Sociocultural e Educacional.

3.1 Dimensão Socioeconômica

Neste quadro trataremos dos desafios e potencialidades referentes às questões ligadas às principais atividades econômicas e produtivas desenvolvidas no Território: agropecuária (agroindústria e agricultura familiar), extrativismo, turismo, comércios e serviços, e indústrias.

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Insuficiência de infraestrutura para comercialização na cadeia produtiva do mel. (PPA 2016-2019);- Precariedade da infraestrutura necessária para os criadores de caprinos e ovinos do território poderem desenvolver e comercializar sua cadeia produtiva, evitando o abate clandestino e a comercialização de produtos sem inspeção sanitária" (PPA 2016 – 2019);- Ausência de capacitação técnica dos agricultores familiares do território. (PPA 2016-2019);- Deficiência na oferta de formação técnica na área de agroecologia no TICD. (PPA 2016-2019);- Existência de mineradoras irregulares em vários municípios do Território, onde deve se rever a política de tributação, licenciamento e levantamento de impactos ambientais e sociais. (I Oficina PTDRSS);- Baixa produtividade agropecuária, relevo inadequado para mecanização em vários locais da chapada, não disponibilidade de equipamentos adequados, como micro tratores. (PPA 2016-2019);- Deficiência de agroindústrias para beneficiamento dos produtos agrícolas, comercializando produtos in natura. (PPA 2016-2019);- Ausência de pontos organizados e padronizados de comercialização de produtos da agricultura familiar e economia solidária, fragilizando todo o sistema produtivo." (PPA 2016-2019);- Ineficiência de ATER pública, com redução do corpo técnico e condições adequadas de realização do trabalho (Câmara técnica de agricultura).- Ausência de ATER voltada para apoio a agroindústrias, artesanato e turismo. (PPA 2016-2019);- Dificuldade na certificação de produtos da agricultura familiar, no acesso a água, à qualificação, comercialização e processamento dos produtos. (Oficina de Elaboração do PTDRSS);- Ausência de capacitação dos povos de comunidades tradicionais para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. (I Oficina PTDRSS);	<ul style="list-style-type: none">- Grande quantidade de apicultores e meliponicultores nas diversas zonas que compõem o território, com sua comercialização dos derivados do mel já reconhecida no mercado estadual. (PPA 2016-2019);- Aptidão para a criação de caprinos e ovinos, potencial de expansão da comercialização dos produtos derivados da caprinovinocultura. (PPA 2016-2019);- Agricultura familiar forte na região;- Ampliação dos programas de desenvolvimento rural já existentes. (PPA 2016-2019);- Presença de experiências exitosas da agroecologia como forma de produção. (PPA 2016-2019);- Ampla variedade de alimentos e produtos derivados da agricultura familiar e da economia solidária. (PPA 2016-2019);- Diversidade de cultivos aptos a mecanização, permitindo aos agricultores familiares o uso de ferramentas para melhorar sua produtividade. (PPA 2016-2019)- Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, gerando subprodutos de qualidade e aumentando sua renda. (PPA 2016-2019);- Terras férteis- Diversidade de produtos agrícolas e não agrícolas;- Presença de técnicos com formação agroecológica e de empreendimentos orgânicos e agroecológicos consolidados. (I oficina de elaboração do PTDRSS);- Presença de comunidades tradicionais produtivas. (I oficina PTDRSS);- Existência de políticas públicas para comercialização de produtos da agricultura familiar e certificação destes produtos,

<ul style="list-style-type: none"> - Ineficiência de políticas públicas para assentados de reforma agrária, como licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento, ATES, crédito e titulação; - Ineficiência de políticas públicas de titulação, crédito e crédito fundiário voltadas para agricultores familiares e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e fundo de pasto) no território da Chapada Diamantina; - Ineficiência na execução de políticas públicas de inclusão produtiva como o PAA e PNAE. (ATIP); - Morosidade na análise de pedidos de regularização ambiental, como outorga de uso de recursos hídricos e autorização para perfuração de poços, por exemplo. (ATIP); - Necessidade de ampliação de infraestrutura hídrica de uso múltiplo, para garantia da transição agroecológica, inclusive através de tecnologias sociais para captação e reserva de água de chuva (PPA 2016 – 2019) (I Oficina do PTDRSS); - Desorganização do segmento turístico enquanto cadeia produtiva com concentração em poucos municípios e pouca exploração de todo potencial cultural. (Oficina PTDRSS); - Precariedade de investimentos municipais em divulgação e em infraestrutura nos locais turísticos já explorados. Falta de organização das comunidades rurais como atrativos turísticos e qualificação. (Oficina PTDRSS); - Insuficiência de recursos dos Governos Estadual e Federal para o desenvolvimento de trechos da Estrada Real no território; - Problemas de infraestrutura rodoviária que dificulta o turismo, transporte rodoviário de passageiros entre as zonas que compõem este território, como também o escoamento da produção existente e acesso a BR 242 (I oficina do PTDRSS, PPA 2016 – 201,PTDS 2015); 	<ul style="list-style-type: none"> inclusive para aquisição em mercados institucionais. (ATIP/NEDET); - Grande apelo turístico da região, com presença de belezas naturais, com expressões e bens culturais, religião e tradições fortes, gastronomia, patrimônios históricos e esportes radicais. (I Oficina PTDRSS); - Turismo rural de base comunitária com presença forte de associativismo. (I Oficina PTDRSS); - Presença de vários trechos da Estrada Real em vários municípios do Território, podendo potencializar vários setores do turismo (PTDSS 2015); - O TI faz parte dos 65 destinos turísticos definidos pelo MTUR - Ministério do Turismo e constitui a maior das 13 regiões turísticas do Estado da Bahia; - O TI Integra dois grandes projetos de turismo sustentável, entre os quais: Circuitos Arqueológicos da Chapada Diamantina e Estrada Real. - Presença de um dos maiores destinos turísticos do Brasil: O Parque Nacional da Chapada Diamantina.
--	--

3.2 Dimensão Ambiental

A questão ambiental é uma das características mais marcantes do Território, visto que a região abriga bacias hidrográficas de grande importância para o abastecimento humano e produtivo da região e do Estado, biomas endêmicos, espécies da fauna e flora em extinção e presença de unidades de conservação municipais, estaduais e federais. Apesar dos esforços em conservar toda essa riqueza, o território conhece alguns conflitos por conta de atividades produtivas degradantes como a

agroindústria ou o extrativismo mineral, a má distribuição e gestão dos recursos hídricos, sucessivos incêndios florestais e insuficiência de fiscalização. Assim, no quadro abaixo, veremos os desafios e potencialidades da dimensão ambiental do TI.

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de lixões em todos os municípios do território e ausência de esgotamento sanitário em praticamente todos os municípios, elevando casos de doenças e contaminação dos solos e água subterrânea e superficial; - Perda da biodiversidade; - Incêndios florestais constantes e queimadas, causando esgotamento de nascentes, com impacto negativo para o turismo e economias locais e risco de destruição de bens materiais (habitações, postes de energia elétrica, comunicações, etc); - Esgotamento das nascentes pelo descontrolado na abertura de poços subterrâneos e desmatamentos; - Falta de estudos de viabilidade dos poços perfurados e pequenas barragens; - Ausência dos planos de bacia do Paraguaçu e o rio de Contas; - Poluição das águas superficiais e subterrâneas e a contaminação devido ao uso intensivo de agrotóxicos; - Presença de modelos de agricultura baseados na monocultura de grande escala; - Áreas de mineração não regularizadas; - Loteamentos no meio rural e crescimento urbano desordenado; - Desenvolvimento de Turismo de massa desordenado (contaminação das águas e do solo através de esgoto e resíduos sólidos e aumento do risco de queimadas); - Fiscalização ineficiente dos grandes produtores de monocultura com utilização de macro medidores; - Falta de aplicação da lei de outorga, considerando a disponibilidade hídrica superficial e subterrânea; - Falta de recurso hídrico suficiente para a produção em larga escala; - Falta de gestão e planos nas Unidades de Conservação; - Dificuldade no acesso ao licenciamento ambiental e outorga por parte dos pequenos agricultores familiares, por conta da grande burocracia e custos elevados; - Falta de educação ambiental continuada e envolvimento das entidades do governo; - Ineficiência do plano de prevenção e combate aos incêndios florestais; - Ausência de capacitação e apoio para que as associações concorram aos editais de fomento; - Ausência de delegacia ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de experiências municipais exitosas com relação ao esgotamento sanitário e a destinação adequada a resíduos sólidos, retirando fatores de contaminação do solo e da água, diminuindo casos de doenças e possibilitando a geração de renda (Oficina); - Disponibilidade de recursos hídricos; - Presença de Parque Nacional (PARNA), unidades de conservação estaduais e municipais (APAS – Marimbus-Iraquara, Área Nascente do Rio de Contas e Serra do Barbado); - Diversidade de biomas (mata atlântica, pantanal, caatinga e cerrado) e de espécies da fauna e da flora, inclusive endêmicas; - Solos férteis e grande remanescente de vegetação nativa; - Presença de comunidades tradicionais e assentamentos, sítios rupestres, sítios arqueológicos, geológicos, sendo potenciais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, científico e eco turismo; - Clima adequado para alguns tipos de cultura - Diversidade de saberes tradicionais referentes ao uso sustentável dos recursos naturais; - Existência de experiências voltadas para a agricultura orgânica e agroecologia com sensibilização e disseminação de informação; - Existência de brigadas voluntárias; - Existência de associações de condutores de visitantes com preocupação ambiental; - Presença da polícia ambiental e promotoria ambiental do Alto Paraguaçu; - Câmara Técnica Territorial de Meio Ambiente;

<ul style="list-style-type: none"> - Extração irregular dos recursos naturais (plantas nativas, animais, fósseis, etc.); - Necessidade de apoio à consolidação das Unidades de Conservação (UC's) existentes no Território, à regulamentação de seus mecanismos de gestão e à criação de novas UC's. (PTDS 2015); 	<ul style="list-style-type: none"> - Abundância em energias renováveis com potencial energético; - Presença de Institutos de Educação Pública voltada para o Turismo e para o meio ambiente, como o CEEP Letice Oliveira Maciel e o IFBA.
---	---

3.3 Dimensão Sociocultural e Educacional

Nesta dimensão, estarão agrupadas todas as questões referentes ao eixo cultural e educacional do Território, bem como às principais questões sociais. A partir da leitura do quadro abaixo, percebe-se que o TI tem uma grande riqueza cultural, com presença de diversas manifestações artísticas, culturas populares e tradicionais, bem como patrimônios materiais. Do ponto de vista educacional, a questão evoluiu bastante com a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Campus Seabra), Universidades Estaduais (UEFS e UNEB) e Escolas Técnicas (EFA, CEEP, ETA), porém ainda há muito o que fazer pela educação, cultura, saúde e segurança pública.

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Carência de um Hospital Público equipado e que realize serviços médicos de média e alta complexidade para atender as demandas do território. (PPA 2016 – 2019); -Carência de novas unidades de saúde (UPA, SAMU e PSF) e falta de infraestrutura física e técnica nos locais de saúde pública para o atendimento ao cidadão no âmbito do TICD. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de um centro de referência em DST/HIV no território, ocasionando deslocamento de pacientes para os grandes centros. (PPA 2016 – 2019); - População de baixa renda, com necessidade de aquisição de medicamentos a um baixo custo. (PPA 2016 – 2019); -Ausência de um programa de saúde pública voltado para comunidades Quilombolas da Chapada Diamantina. (PPA 2016 – 2019); -Necessidade de ampliação das equipes volantes de saúde para que se possa atender as comunidades rurais, quilombolas, indígenas e demais grupos minoritários identitários. (PTDS 2015); - Ineficiência de programas de apoio à saúde do idoso (PTDS 2015); - Carência na área de formação em educação do campo e falta de apoio às EFA's (Escola Família Agrícola) 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de Unidades de Saúde da Família em todos os municípios do território. Bem como UPAs e SAMU em alguns municípios. (Contribuição ATGE); - Construção de Hospital Regional em andamento, (NEDET); - Número considerável de estudantes oriundos de famílias de agricultores familiares, com interesse em formação técnica. (I Oficina do PTDRSS); - Existência de três Escolas Família Agrícola; - Existência de Escolas Técnicas; - Presença do IFBA no território; - Presença de Universidades Estaduais; - Experiências exitosas nos programas de “Mais Educação”, “Mais Cultura” e “Educação Integral”; - Grande diversidade cultural presente no território com a existência de grupos de teatro, manifestações de comunidades tradicionais e movimentos de juventude ligados a práticas culturais; - Presença de manifestações tradicionais (reisados, capoeira, festas tradicionais,

<p>existentes no território. (PPA 2016 – 2019) (I Oficina do PTDRSS);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de uma sede própria do DCHT Campus XXIII da UNEB-Seabra e condições precárias da infraestrutura da atual sede do campus. (PPA 2016 – 2019); - Pouca quantidade de vagas ofertadas para o ingresso no ensino superior e quantidade limitada de cursos e instituições superiores, não possuindo nenhuma Universidade Federal implantada nos limites do território. (PPA 2016 – 2019); - Ocorrência de abandono escolar e falta de capacitação continuada dos professores, necessitando de centros multidisciplinares de formação. (PPA 2016 – 2019); - Falta de conhecimento e formação dos profissionais de educação sobre a lei 10639/2003 e o conhecimento da luta quilombola (PTDS 2015); - Ausência de um plano territorial de políticas públicas voltadas para a cultura, como também a baixa capacitação técnica dos gestores e profissionais na área cultural. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de um centro territorial cultural do TICD e de ações públicas para o incentivo à presença de bibliotecas públicas e espaços culturais que dialoguem com as múltiplas linguagens existentes na sociedade, como forma de capacitar agentes culturais e oferecer manifestações culturais para a sociedade. (PPA 2016 – 2019); - Desconhecimento da população com relação ao seu patrimônio, falta de investimento em educação patrimonial e salvaguarda (pesquisa, tombamento, etc.) e a falta de legislação pertinente. (I Oficina do PTDRSS); - Ausência de um mapeamento das manifestações e grupos culturais no território (PTDS 2015); - Baixo efetivo policial na maioria das cidades do território e ausência de serviço de inteligência, deixando vários crimes sem solução. (PPA 2016 – 2019); - Falta de delegacia especializada no atendimento à violência contra a mulher no TICD e ausência de condições adequadas de infraestrutura nas delegacias existentes. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de defensoria pública no território e ausência de ouvidoria pública. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de juizado especial para questões das Comunidades Tradicionais (PTS 2015); - Policiais civis, das delegacias comuns, não capacitados para que se trate com dignidade as mulheres vítimas de violência; (PTDS 2015); 	<p>terreiros, jarês, marujadas, filarmônicas, etc.). (PPA 2016 – 2019);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença de patrimônio material e imaterial de grande importância (I Oficina do PTDRSS); - Presença de imóveis tombados pelos órgãos públicos IPAC e IPHAN; - Existência de municípios pioneiros na implementação do Sistema Municipal de Cultura; - Presença de conselhos tutelares em todos os municípios da Chapada Diamantina, somada a legislações e políticas públicas de defesa da criança e do adolescente. (Contribuição ATGE NEDET); - Grande quantidade de espaços de terra sem habitação, propiciando assim a expansão das cidades e da zona rural do território. (PPA 2016 – 2019) - Presença de assentamentos de reforma agrária no território e de comunidades tradicionais, como quilombolas e fundo de pasto. (I Oficina do PTDRSS); - Grande quantidade de comunidades Quilombolas em todo território, com boa articulação, consolidando o movimento quilombola na região. (I Oficina do PTDRSS); - Ampla quantidade de usuários de telefonia celular e internet no âmbito do território. (PPA 2016 – 2019); - Redes de distribuição de energia elétrica existentes no território e uma quantidade expressiva de consumidores dos serviços de energia. (PPA 2016 – 2019);
--	---

- Desigualdade social presente no território, afetando crianças e adolescentes que compõem um dos eixos mais vulneráveis da sociedade. (PPA 2016 – 2019)
- Marginalização e preconceito a algumas culturas. (I Oficina de Elaboração do PTDSS);
- Ausência de mecanismos para combate do alcoolismo e das drogas. (I oficina do PTDRSS);
- Falta de sucessão nas comunidades rurais, ocasionando evasão rural. (I Oficina do PTDRSS);
- Necessidade de valorização do patrimônio imaterial legado pelas mulheres dos municípios do território da Chapada Diamantina (mestres de fazeres e saberes, bordadeiras, rendeiras, parteiras, benzedadeiras e curandeiras). (PTDS 2015);
- Ausência de políticas públicas para mulheres, em que se tenha garantia de assistência médica e psicológica para mulheres em processo de aborto, que continuem seus estudos ou retornem ao ambiente escolar após a gravidez, controle social que regule as leis publicitárias para a erradicação da depreciação da imagem da mulher. (PTDS 2015);
- Deficiência de habitação para os residentes do território. (PPA 2016 – 2019);
- Ausência de uma unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), com isso a população necessita se deslocar para outras regiões para acesso a estes serviços. (PTDSS);
- O Território apresenta quadro de cobertura incompleta do fornecimento de energia elétrica nos municípios do território nas áreas urbanas e rurais, e falta de energia trifásica na zona rural. (PPA 2016 – 2019);
- Falta e/ou não regularidade de água tratada para o consumo humano na zona urbana e rural em diversos municípios do Território, causando problemas de saúde e prejudicando a qualidade de vida da população. (PTDSS 2015, PPA 2016 – 2019);
- Falta de alternativas para fornecimento de água para o consumo animal. (I Oficina de Elaboração do PTDSS);
- Precariedade de cobertura de telefonia móvel e dos serviços de internet banda larga ofertados nos municípios do território. (PPA 2016 – 2019);
- Ausência de infraestrutura rodoviária, o que dificulta o turismo, e de transporte rodoviário de passageiros entre as zonais que compõem este território, como também o escoamento da produção existente.

3.4 Dimensão Político Institucional

Esta dimensão faz referência às estruturas institucionais, públicas, privadas, consorciadas e ou colegiadas que constituem a governança territorial. Veremos quais os pontos positivos e os negativos desses arranjos, postos em prática para garantir o desenvolvimento do TI. Se por um lado, o Território é dotado de Conselhos e instâncias colegiadas, bem como Consórcios Municipais, por outro lado, podemos perceber que muitas vezes há desarticulação entre estas instâncias ou falta de mobilização.

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Desarticulação dos CMDS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável) existentes no Território Chapada Diamantina, fragilizando inclusive sistemas de controle social. (Contribuição ATIP/ NEDET)- Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, na gestão das políticas públicas. (I Oficina do PTDRSS)- Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial. (Contribuição ATIP/NEDET).- Baixa participação das entidades governamentais estaduais no Colegiado Territorial (Câmara de Meio Ambiente);- Baixa articulação e comunicação entre os Conselhos municipais, Conselhos de Unidades de Conservação, Conselhos de bacias hidrográficas e Colegiado Territorial (Câmara de Meio Ambiente);- Codeter e Consórcios de prefeituras com pouca colaboração e cooperação. (ATGS);- Inexistência e fragilidade dos conselhos municipais de Turismo (I Oficina do PTDRSS).	<ul style="list-style-type: none">- Presença de Conselhos Municipais de desenvolvimento Sustentável nos municípios da Chapada Diamantina, empoderando as associações comunitárias rurais. (Contribuição ATIP/NEDET).- Existência de diversos conselhos municipais (meio ambiente, merenda escolar, tutelar, CMDS, turismo, cultura, educação), fortalecendo a participação popular e o controle social. (Contribuição ATIP/NEDET);- Existência do Consórcio de prefeituras municipais, Chapada Forte, com grande potencial de captação, organização e abrangência (ATGS);- Proximidade e articulação do Codeter com as secretarias estaduais que trabalham diretamente com políticas territoriais (SEPLAN, SDR, SECULT). (ATGS).

4. Matriz de Ações

A partir das quatro dimensões do Desenvolvimento trabalhadas no capítulo anterior, foi necessário pensar Objetivos, Estratégias e Metas que viessem responder aos desafios levantados e/ou fortalecer as potencialidades identificadas no Território. Nesse sentido, o CODETER, por meio das oficinas e reuniões realizadas para elaboração deste Plano, dividiu os Objetivos e suas respectivas estratégias e metas em cinco eixos de desenvolvimento (o Colegiado decidiu pela inclusão de mais um eixo de desenvolvimento para além dos quatro eixos sugeridos pela SDR). A saber: 1. Desenvolvimento

Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; 2. Estrutura fundiária e acesso à terra; 3. Formação cidadã e organização social; 4. Infraestrutura e serviços públicos; 5. Preservação da biodiversidade e gestão dos recursos hídricos.

No primeiro Eixo, Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, buscou-se sistematizar as questões oriundas da dimensão socioeconômica da matriz de desafios e potencialidades, propondo um caminho estratégico para o desenvolvimento econômico do território, baseado em três eixos principais: agropecuária, turismo e cultura.

No segundo Eixo, Estrutura fundiária e acesso à terra, foram potencializadas discussões referentes às principais questões fundiárias do território: reforma agrária e titulação quilombola. Assim, um novo planejamento, baseado nos documentos (PPA, PTDS) e na escuta dos setores interessados (movimentos sociais e comunidades tradicionais), foi desenhado, priorizando o acesso aos direitos conquistados e a melhoria da qualidade de vida de todos.

No terceiro Eixo, Formação Cidadã e Organização Social, concentraram-se as demandas oriundas da análise das matrizes referentes às dimensões Sociocultural e Educacional, bem como Político Institucional. Em verdade, sendo uma temática transversal, todos os grupos de trabalho formados para elaboração do Plano contribuíram com propostas para se pensar a formação e a cidadania no território. Assim, as demandas estão relacionadas às questões de participação social e qualificação dos atores do território.

O quarto Eixo, Infraestrutura e Serviços Públicos, reúne todas as demandas referentes à infraestrutura e serviços públicos, desde o acesso aos serviços de saúde e segurança pública, até as questões específicas do campo da Educação e da Assistência técnica e extensão rural.

No quinto e último Eixo, Preservação da Biodiversidade e Gestão dos Recursos Hídricos, optou-se por reunir todas as questões referentes às demandas ambientais, focando em três aspectos: políticas de meio ambiente e recursos hídricos, saneamento básico e combate a incêndios.

4.1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.

Objetivos	Estratégias	Metas
	Fortalecer e apoiar as cadeias produtivas da agricultura familiar no território com	* Implantar e estruturar instalações dos sistemas de inspeção sanitária em todos os municípios do território até 2018. (Conferências); *Implantar sistemas de certificação participativa para produtos da agricultura familiar (certificação

1. Assegurar o desenvolvimento rural por meio da inclusão socioprodutiva e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis (PNDRS)	foco na comercialização.	orgânica e comércio justo) e empreendimentos solidários do território até 2018 (Conferências); * Ampliar o conhecimento e capacitação dos gestores municipais em relação ao PAA e PNAE para 100% dos municípios do TICD até 2017. * Desenvolver parcerias com novas instituições públicas e privadas para compra dos produtos até 2017. (ATGS). * Realizar uma feira territorial anual, voltada para a agricultura familiar, produção agroecológica e economia solidária, até 2017; * Implantar uma central de distribuição e comercialização de produtos agroindustriais oriundos da agricultura familiar e economia solidária até 2019. (PPA)
	Melhorar e ampliar o acesso ao crédito	* Assegurar, aperfeiçoar, ampliar e desburocratizar o acesso ao Crédito, até 2018. (conf. ATER) * Uniformização dos entes financeiros nas ações voltadas para o crédito agrícola, até 2017.
		* Simplificar o acesso ao PRONAF Mulher e PRONAF Jovem a exemplo do Agro Amigo, até 2018. (conf. ATER)
2. Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar.	Fortalecer a gestão social das agroindústrias da agricultura familiar com foco nos empreendimentos da economia solidária, estimulando o cooperativismo e associativismo. (Oficina)	* Equipar 70% das unidades de beneficiamento existentes, até 2018. (ATGS); * Equipar 100% das unidades de beneficiamento existentes, até 2020. (ATGS); * Qualificar 100% dos empreendimentos existentes em cooperativismo e associativismo, gestão e cursos técnicos. Até 2020. Oferecer qualificação aos novos empreendimentos à medida que forem surgindo. (Oficina); * Implantar unidades de agroindústria de pequeno e médio porte para processamento de café, cana de açúcar, mandioca e frutas. Até 2019. (PPA); * Construir 24 cozinhas comunitárias (uma por município) em comunidades que já trabalham com beneficiamento de produtos oriundos da agricultura familiar, até 2018. (ATGS).
	Fomentar projetos de modernização e implantação de agroindústrias por meio da disponibilização de máquinas e equipamentos inovadores (meta PPA)	* 10 Unidades de esmagamento da mamona até 2018. (PTDS 2010); * Implantar 1 Usina de álcool para a agricultura familiar até 2021. (PTDS 2010); * Potencializar e qualificar as agroindústrias de processamento de mandioca e derivados já existentes e consolidar a cadeia nos demais municípios, até 2019 (PTDS 2010); * Criar um banco de germoplasma com viveiro de mudas da mandioca, até 2018; * Implantação de 3 Unidades de resfriamento, beneficiamento e transporte de leite, em municípios com aptidão leiteira, até 2018 (PTDS 2010);

		<p>* Apoiar a apicultura e meliponicultura com implantação de unidades de beneficiamento do mel e derivados, até 2019 (PPA).</p> <p>* Capacitar 100% dos apicultores e meliponicultores do território;</p> <p>* Expansão da Atividade de meliponicultura nos 24 municípios do TICD, após mapeamento da potencialidade local. Até 2020;</p>
	Fomentar a adoção de tecnologias apropriadas à agricultura familiar com foco na convivência com o semiárido (Meta PPA)	<p>* Ampliar o programa de acesso a água de consumo humano e produção através da implantação de diversas tecnologias sociais. Até 2018. (PPA)</p> <p>* Formação de 4 (1 por zonal) bancos de germoplasma e 8 campos experimentais para melhoramento genético do café; até 2019. (PTDS 2010).</p> <p>* Mecanização adaptada para as cadeias produtivas da mandioca, café, cana de açúcar, oleaginosas, morango e olericultura. Até 2019. (PTDS 2010).</p> <p>* Construção de até 3 aguadas coletivas por município do território e reforma das aguadas existentes para os animais, até 2018. (PTDS 2010).</p>
3.Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis para a transição agroecológica (meta PPA), garantindo a segurança alimentar.	Disponibilizar serviços de ATER de qualidade, gratuita e continuada, com enfoque na agroecologia e no turismo de base comunitária para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens, negros e mulheres. (Oficina).	<p>*Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade para 100% dos agricultores familiares, tendo como princípio os saberes produzidos pelos agricultores com orientação agroecológica. (PPA), até 2020.</p> <p>* Promover a formação continuada em Assistência Técnica e Extensão Rural para 100% dos Técnicos, agentes, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, assegurando o piso salarial mínimo ao profissional, até 2020. (Oficina).</p> <p>*Inserção de no mínimo 30% nas chamadas públicas de ATER para os egressos das EFA's e similares (oficina), até 2018.</p> <p>*Prestar serviços de ATER, considerando o percentual de 50% específico para mulheres, até 2019;</p> <p>* Prestar serviços de ATER, considerando o percentual de 30% para jovens, até 2019;</p> <p>* Prestar serviços de ATER específicos para povos e comunidades tradicionais, beneficiando 80% das comunidades tradicionais, até 2020;</p>
	Promover capacitação do(a)s agricultore(a)s e técnicos em sistemas produtivos agroecológicos,	<p>*Incluir a abordagem agroecológica nos currículos de 100% das EFA's e Escolas técnicas do território, até 2020.</p> <p>*Promover projetos e oficinas com foco nos sistemas agroecológicos junto a 60% das associações de produtores, comunidades tradicionais, grupos de mulheres e jovens, até 2020.</p>

	com ênfase nos sistemas agroflorestais, agricultura biodinâmica e permacultura.	<p>* Promoção de projetos e oficinas com foco nos sistemas agroecológicos junto a 100% das associações de produtores, comunidades tradicionais, grupos de mulheres e jovens, até 2024. (Oficina).</p> <p>*Promover regularização fundiária e emissão de título de propriedade para assegurar a sucessão rural das comunidades do campo em 100% dos municípios até 2024;</p> <p>*Criação de mecanismos de apoio e incentivo para os CMDS, até 2017.</p>
4.Desenvolver a cadeia produtiva do turismo de forma estruturada e sustentável	Promover turismo de base comunitária	<p>*Realizar diagnóstico de potenciais pontos para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, até 2018;</p> <p>*Aumentar em 100% a oferta de turismo de base comunitária no Território até 2020;</p> <p>*Oferecer capacitação de forma continuada para 100% das comunidades rurais com potenciais turísticos, com foco na preservação patrimonial e natural, receptivo turístico, empreendedorismo. Até 2024 (de forma continuada).</p>
	Fortalecer e ampliar o ecoturismo	<p>*Fazer um mapa do turismo sustentável da Chapada Diamantina, até 2018.</p> <p>*Oferecer capacitação para 50% dos profissionais das cadeias produtivas ligadas ao turismo (alimentação, hotelaria, agência de turismo); Até 2022;</p> <p>* Divulgar os demais destinos da Chapada Diamantina, incluindo ao menos mais 6 novos municípios nos roteiros e destinações turísticas. Até 2019</p>
	Promover turismo cultural, com foco no patrimônio material e imaterial	<p>* Realização de inventário do patrimônio cultural territorial, em especial dos saberes e fazeres remanescentes até 2020;</p> <p>* Finalização do projeto Estradas Reais da Bahia até 2018;</p>
	Fortalecer as instâncias colegiadas de controle social em nível regional, territorial e municipal.	<p>*Fomentar a criação e ativação dos 24 conselhos municipais de turismo, até 2024;</p> <p>*Fortalecer e reativar a Câmara Técnica Territorial de Turismo; até 2017.</p> <p>* Garantir a efetivação do Conselho Regional de Turismo, até 2018;</p>
	Garantir infraestrutura e serviços para o	<p>*Pavimentação de rodovias e estradas (meta do PPA 2016-2019) até 2019;</p> <p>* Criação de um terminal turístico rodoviário. Até 2020;</p>

	desenvolvimento turístico.	<p>*Criar um PIT (Posto de Informação Turística) em cada zonal do território. Até 2020;</p> <p>*Qualificação de 100% dos novos destinos turísticos e daqueles consolidados quanto ao saneamento básico, eletrificação, sinalização e pavimentação e manutenção das vias de acesso até 2020.</p>
5. Desenvolver a Cultura enquanto campo de inclusão socioproductiva matricial para TICD	Fomentar a pesquisa e o mapeamento dos bens e serviços culturais da Chapada	*Mapear, identificar e registrar as manifestações, espaços e grupos culturais e patrimônio cultural da Chapada Diamantina, até 2020;
	Promover a formação e capacitação dos diversos atores do campo cultural	*Capacitar 80% dos atores culturais (poder público e sociedade civil) com cursos e oficinas mensais de elaboração, organização e financiamento de projetos viabilizando a participação dos mais diversos segmentos culturais até 2018.
	Fortalecer as políticas públicas de cultura	<p>* Implantar os Sistemas Municipais de Cultura e Apoiar a elaboração e consolidação de 100% dos Planos Municipais de Cultura até 2018;</p> <p>* Fomentar os editais municipais para financiamento de projetos culturais simplificados em 60% dos municípios até 2018.</p> <p>* Organização de ambiente virtual do TICD para atualização permanente das propostas do PTDRSS para o campo da cultura pelos atores culturais do TICD até 2017.</p>
	Fomentar e desenvolver as demais expressões artísticas do território	<p>*Promover anualmente o Fórum Territorial de Cultura, para intercâmbio entre grupos locais e de fora do território. Até 2018;</p> <p>* Construir um calendário multicultural que assegure a participação dos artistas, grupos e manifestações nos eventos culturais do TICD até 2018.</p>
	Fornecer infraestrutura para o desenvolvimento cultural no território	<p>* Construir e implementar bibliotecas, arquivos públicos e centros culturais nas comunidades urbanas e rurais em 100% dos municípios e distritos do território até 2020.</p> <p>* Construção ou qualificação de espaços para formação, criação e prática de artes, funcionando como centros de referência municipais, disponibilizando espaço e estrutura para ensaios e apresentações e equipe mínima de profissionais das artes em 100% dos municípios até 2018.</p>
	Valorizar o campo da cultura enquanto matriz do desenvolvimento socioeconômico	* Realização de estudo que evidencie o papel estratégico do campo da cultura e dos conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento sustentável das principais cadeias produtivas do TICD até 2019

	com responsabilidade ambiental do TICD	
--	---	--

4.2. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra

Objetivo	Estratégias	Metas
1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais.	Realizar a desapropriação de terras devolutas e improdutivas, bem como das terras que não cumprem a sua função social;	* Criar novos projetos de assentamento, ampliando em pelo menos 100% as áreas de reforma agrária. (PTDS 2010), até 2020. *Assentar 3 mil famílias de trabalhadores rurais, sem terra ou minifundiários. (PPA 2016-2019) Até 2019.
	Adquirir terras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentamento de famílias, de forma complementar à reforma agrária, priorizando as áreas de conflito. (PTDS 2010).	Assentar 2 mil famílias através de obtenção pelo PNCF, até 2020.
	Ampliar a infraestrutura de serviços rurais para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária (PPA)	*Implantar as infraestruturas sociais básicas em 100% dos assentamentos de reforma agrária do território. Até 2024; * Implantar infraestrutura produtiva em todos os assentamentos de reforma agrária criados a mais de 2 anos. Até 2020; *Ampliar em 50% o valor do crédito para infraestrutura, e desburocratizar o acesso. Até 2018; *Criar uma linha de crédito emergencial que viabilize a produção agrícola. Até 2018;

	Ofertar apoio técnico aos serviços de legalização ambiental	*Licenciamento ambiental (Cefir, outorga, definição de áreas produtivas e APP) gratuito para 100% dos assentados de reforma agrária do território, regularizando os assentamentos, até 2018;
2. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra (PNDRS).	Acelerar processos de titulação de terras para comunidades e povos tradicionais.	*Mapeamento e titulação de 100% dos imóveis de comunidades tradicionais (PPA), até 2019; *Abertura de processo de regularização de 100% de territórios quilombolas , até 2019; *Acelerar entrega de 100% dos títulos prontos até 2017;
	Garantir acesso às políticas públicas voltadas para mulheres e juventude rural	*Ampliar em 60% o acesso às linhas de crédito rural específicas para mulheres; * Ampliar em 60% o acesso às linhas de crédito rural específicas para juventude;
	Capacitação e assessoria aos agricultores familiares, jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais	* Realizar duas oficinas formativas em cada zonal, com foco nos processos de regularização fundiária, até 2020; * Assessoria jurídica para acompanhar os processos de regularização fundiária quilombola para 100% das comunidades certificadas do território; até 2024; * Assessoria de antropólogo e técnico agrário para dar suporte a 100% das comunidades certificadas no processo de regularização.

4.3 Formação Cidadã e Organização Social

Objetivo	Estratégias	Metas
1. Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de	Efetivar a colaboração de entidades governamentais nos colegiados territoriais.	*Solicitar participação nos colegiados de pelo menos 60% das entidades do Governo do Estado presentes no território até 2020, sendo orientado em participar ativamente ao desenvolvimento territorial. * Tornar presente em cada território no mínimo duas entidades do Governo do Estado, voltadas para infraestrutura hídrica ou gestão em saneamento, sendo orientado a participar ativamente do planejamento do desenvolvimento territorial, até 2018.

políticas públicas, articulação interfederativa e participação social.	Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas.	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolver estratégias para comunicação, implementação e monitoramento do PTDRSS, até 2017; * Estabelecer indicadores para monitoramento da implementação do PDTRSS, até 2017; *Garantir que o Governo Estadual realize previsão orçamentária destinada ao desenvolvimento territorial da Chapada Diamantina até 2017; *Fortalecer a comunicação e interação dos agentes territoriais com os conselhos municipais de Unidades de Conservação e das Bacias Hidrográficas da região, até 2017; * Criação de um Observatório Cidadão da Chapada Diamantina, ferramenta de controle social, para monitoramento, sistematização e fiscalização das políticas públicas locais e da qualidade de vida dos cidadãos do TICD, até 2019; *Potencializar a realização do Orçamento Participativo nos 24 municípios em parceria com as prefeituras e Seplan; Até 2019; * Elaborar Plano de Ação para a implementação das Agendas 21 Locais e ODS (ONU 2030).
2.Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania. (PNDRS).	Qualificar a gestão participativa das instâncias colegiadas	<ul style="list-style-type: none"> *Capacitar 100% dos membros colegiados em desenvolvimento territorial e gestão participativa de políticas públicas; Até 2019; * Capacitar 50% dos membros colegiados em elaboração e financiamento de projetos com vista a captação de recursos para projetos territoriais; Até 2020;
	Potencializar a participação de mulheres, jovens e comunidades tradicionais no desenvolvimento territorial	<ul style="list-style-type: none"> *Criar e qualificar as instâncias de representação: Comitê de Mulheres, Comitê de Juventude e Conselho territorial Quilombola, até 2017; *Ampliar em 60% a participação de mulheres, juventude, povos e comunidades tradicionais, bem como assentados da reforma agrária, nas instâncias deliberativas do Colegiado, até 2018; * Ampliar em 70% a oferta de vagas em cursos e eventos que ofereçam capacitação nas temáticas relacionadas a este PTDRSS, até 2018.
Garantir Inclusão Social, e o combate à discriminação, preconceito, homofobia e violência às pessoas de Orientação Sexual definida como LGBTQ's.	Assegurar o acesso às políticas públicas.	<ul style="list-style-type: none"> * Apoiar a aprovação imediata do Projeto de Lei - PL 122/06 que criminaliza a homofobia. *Criação de um Centro de Referência e Apoio ao público LGBT no Território Chapada Diamantina, até 2024; *Criação de uma Delegacia Especializada em crimes de homofobia no TICD, até 2024;
	Promover eventos e campanhas de conscientização.	* Garantir recursos oriundos das Secretarias estaduais e órgãos federais para apoio às atividades, ações e paradas de orgulho LGBT.

		<p>* Desenvolver atividades com grupos LGBTQs da Chapada Diamantina, em defesa dos direitos humanos, enfrentamento à violência e prevenção, entre outros temas abordados.</p> <p>* Apoiar e contribuir na elaboração e execução de projetos sociais contra o preconceito e a discriminação.</p> <p>* Conferências Territoriais, Seminários, Congressos e Palestras, entre outras ações e atividades relevantes.</p>
--	--	---

4.4 Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Fortalecer a educação enquanto eixo de inclusão sócio produtiva e formação cidadã.	Implantar o programa de fortalecimento da educação superior (PPA)	<p>* Ampliar em 70% a oferta de cursos de licenciatura das Universidades já existentes, até 2018.</p> <p>* Estruturar as Universidades Estaduais e o Instituto Federal já existentes no TICD, até 2020.</p> <p>* Construir prédio próprio do DCHT, Campus XXIII – UNEB, em Seabra, até 2020.(PPA).</p> <p>* Criar cursos nas áreas de Gestão e Negócios, Saúde e Meio Ambiente e Recursos Naturais de nível superior ofertados por instituições públicas de ensino no território, até 2020.</p> <p>* Implantação de uma Universidade Federal no Território, a “UFCD” (PPA), até 2024.</p> <p>* Ampliar em 80% as práticas de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais até 2020. (PPA).</p>
	Expandir e fortalecer a Educação Profissional no TICD	<p>* Ampliação em 50% da oferta de cursos de Educação Profissional no Instituto Federal, Centros Territoriais (CETEP), Centros Estaduais (CEEP) e Escolas Famílias Agrícolas (EFA e ETA), até 2020.</p> <p>* Ampliar oferta de Educação Profissional para atendimento de 80% dos Municípios do TICD, através da Rede estadual de Educação até 2020.</p> <p>* Viabilização de Convênios para fortalecimento e ampliação das Escolas Famílias Agrícolas (EFA e ETA), até 2018. (PPA).</p>

		<p>*Garantir o acesso à Educação Profissional de forma a atender 100% dos municípios do TICD, até 2024.</p> <p>*Ampliar os Eixos e cursos da Educação Profissional nas instituições públicas existentes, a partir das especificidades do TICD, até 2020.</p> <p>*Oferecer cursos de formação continuada com as temáticas Educação no/do Campo para 100% dos professores e professoras da rede pública que trabalham com educação profissional até 2020.</p> <p>*Fomentar a cultura da formação continuada sobre diversas temáticas pedagógicas e sociais que envolvem direta e/ou indiretamente a área educacional, para 100% dos profissionais que atuam na educação do TICD, até 2018.</p>
2. Garantir infraestrutura para o desenvolvimento da Educação no Território	Assegurar infraestrutura para escolarização da creche ao ensino médio.	<p>*Melhorar em 70% os meios de transporte escolares, através do Programa Caminho da Escola.</p> <p>*Melhorar o acesso ao Instituto Federal IFBA-Seabra, através da construção da estrada e da melhoria da Comunicação, até 2018.</p> <p>*Implantação de quadras poliesportivas em 100% das maiores localidades das zonas rurais, com prioridade para comunidades quilombolas, até 2020.</p> <p>*Implantar bibliotecas em 80% das escolas e colégios municipais e estaduais, até 2020.</p> <p>*Qualificar e atualizar o acervo bibliográfico nas bibliotecas existentes, até 2020.</p> <p>*Ampliação das redes de comunicação (internet, telefonia) em 100% das instituições públicas municipais e estaduais, até 2020;</p> <p>*Construção de creches em todos os núcleos distritais (urbano e rural), até 2024;</p> <p>*Construir escolas na zona rural que possam atender às comunidades do entorno; Até 2024;</p>
3. Oferecer educação Pública de qualidade da Creche ao Ensino Médio do Território de Identidade.	Implementar políticas públicas que promovam educação de qualidade com foco nas especificidades do contexto social.	<p>*Garantir aplicação dos Planos Municipais da Educação em 100% das instituições públicas municipais até 2018.</p> <p>*Criação de Centros Educacionais em 100% dos municípios do TICD para atendimento a estudantes PcD (pessoa com deficiência), até 2018.</p> <p>*Ampliar a oferta de curso em Ead em 100%, até 2019;</p>
4. Garantir o serviço público de saúde de	Implantar serviços de média e alta complexidade, conclusão e funcionamento	* Ampliar em 70% o acesso da população às ações e serviços de saúde da atenção especializada ambulatorial e hospitalar, com

qualidade para a população do território.	do Hospital Regional da Chapada Diamantina em Seabra (PPA)	resolutividade, fortalecendo a regulação do Sistema de Saúde, com ganho de eficiência e garantia da segurança do paciente (PPA), até 2019. * Implantar um centro de referência em DST/HIV (CTA-COAS) no Território (PPA), até 2024.
	Construir novas unidades, equipar e qualificar as equipes de PSF nos municípios, UPAs e SAMU	* Construir e equipar unidades de PSF em ao menos 50% das comunidades rurais, até 2022. * Ampliar a cobertura do SAMU 192 (PPA), até 2019. * Qualificar (infraestrutura, equipamentos e profissionais) 100% das unidades de PSF existentes, até 2021;
	Desenvolver trabalhos de prevenção e educação	*Realizar campanhas de Educação preventiva sobre DST/AIDS, doenças infectocontagiosas, álcool e outras drogas, até 2020;
	Fortalecer e consolidar políticas públicas de saúde	* Implantar Farmácia Popular em cada município do território, até 2020; * Ampliar a quantidade de medicamentos gratuitos, principalmente os de alto custo (PPA), até 2020. * Implementar o Programa de Saúde da População Negra para as comunidades quilombolas. (PPA), até 2020;
5. Garantir a segurança pública, reduzindo a violência e a criminalidade na cidade e no campo.	Fornecer infraestrutura e equipamentos para as delegacias.	*Ampliar e melhorar pelo menos 70% das delegacias, até 2020;
	Trabalhar com prevenção à violência e ao tráfico de drogas e de pessoas.	*Qualificar ao menos 50% do efetivo das delegacias em trabalhos de prevenção junto às comunidades, até 2020;
	Realizar concursos públicos	*Aumentar em pelo menos 40% o efetivo das delegacias, até 2019;
6. Assegurar a efetivação das políticas públicas para mulheres	Ampliar a cobertura da rede de atendimento à mulher vítima de violência	*Implantar Vara Especial da Mulher, até 2020; *Implantar quatro Delegacias Especializadas de Atenção à Mulher- DEAM (uma em cada zonal do território), até 2024; *Implantar mais três CRAM nas demais zonais, até 2024; * Reduzir em 50% o índice de violência contra a mulher, até 2020; * Capacitar 100% das equipes de servidores das delegacias comuns para atendimento respeitoso às mulheres vítimas de violência, até 2019;

	Garantir acesso às políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> * Garantir a oferta e acesso a documentação para 100% das mulheres da cidade e do campo; Até 2020; * Garantir a efetivação do Programa Saúde da Mulher até 2020; * Garantir a efetivação do Programa Saúde da Mulher Negra; até 2020; * Ampliar as quantidades e localidades das Campanhas/Mutirão de Mamografia e Ultrassom; até 2019;
--	---------------------------------------	--

4.5. Preservação da Biodiversidade e Gestão dos Recursos Hídricos.

Objetivo	Estratégias	Metas
1. Universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico.	Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente o abastecimento humano.	<ul style="list-style-type: none"> * Perfuração de poços (PPA) em 80% das comunidades rurais com menores índices pluviométricos e distantes de mananciais com disponibilidade hídrica. Até 2022; * Construção de 3 grandes barragens (PPA) em regiões com inexistência de mananciais superficiais ou com mananciais subterrâneos com pouca disponibilidade e qualidade imprópria. Até 2024; * Ampliação e melhoria de 03 barragens existentes no território (PPA) até 2019. * Criar 20 açudes nas 4 zonais do território, principalmente nas regiões com dificuldade hídrica, objetivando a dessedentação animal e produção de pequenos agricultores. Até 2024; * Implantar sistemas convencionais de abastecimento de água (PPA) em 50% das sedes municipais do território com dimensões atuais defasadas e em crise hídrica, até 2024. * Atender, quando o manancial for poço tubular, 80% dos aglomerados rurais e 50% dos urbanos com sistemas simplificados de água (PPA), sendo 65% de cada destinado para municípios com menores índices IDH. Até 2024. * Disponibilizar investimentos para recuperação de, no mínimo, 50% dos sistemas com modelo de gestão em funcionamento (hidrometração e cobrança de tarifa) e 100% nos sistemas que a comunidade deseje adotar um modelo de gestão efetivo, até o ano 2024. * Implementar tecnologias sociais para captar e reservar água de chuva para consumo humano, produção de alimentos e dessedentação animal (PPA) em 100% das comunidades rurais sem acesso à água por ligação domiciliar ou com inexistência de mananciais com vazões superiores a 2m³/h, beneficiando 65% das famílias com CAD Único ou na linha da pobreza; até 2020;
	Ampliar cobertura de esgotamento sanitário,	* Implantar nas três EFA's soluções ecológicas para esgotamento sanitário e resíduos sólidos, até 2024.

	incentivando soluções de saneamento ecológico visando a sustentabilidade dos sistemas	<p>*Promover realização de 4 projetos pilotos em comunidades rurais do TICD até 2020, a serem executados por entidades governamentais presentes.</p> <p>*Lançar editais para implantar em 30% das comunidades rurais de pequeno porte (menor que 60 famílias) soluções ecológicas para saneamento básico (fossas de evapotranspiração, banheiro seco com segregação, usina de compostagem e gerenciamento de resíduos sólidos recicláveis).</p> <p>*Permitir acesso na definição da tecnologia (fossa séptica, fossa seca, fossa de evapotranspiração, etc.) de 100% das comunidades rurais que irão se beneficiar de projetos e ações em soluções individuais de esgotamento, até 2024.</p> <p>*Implantar em 8 povoados rurais de grande porte (800 a 2000 hab.), sendo 2 povoados de cada zonal, sistema integrado de coleta seletiva, através de educação ambiental, separação do lixo pelos moradores e logística de entrega em usina de reciclagem. Até 2020.</p> <p>*Reduzir em 50% o impacto do lançamento de esgotos, com construção de sistemas de esgotamento, em municípios com mais de 3.000 habitantes e próximos de mananciais, o que já coloca em risco a agricultura familiar local. Até 2022.</p>
	Ampliar os serviços de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.	<p>*Implantar, até 2020, 2 aterros sanitários e 4 usinas de reciclagem nos municípios com planos;</p> <p>*Implantar soluções adequadas para destinação final dos resíduos sólidos de acordo com o plano nacional de resíduos sólidos em todos os municípios do território, a exemplo da usina de beneficiamento (PPA), até 2019;</p>
2.Fortalecer e assegurar a gestão municipal dos serviços de saneamento básico.	Fomentar elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	<p>*Elaborar, até 2018, 4 Planos Municipais de Saneamento Básico no TICD, contemplando as 4 zonais do TICD nos municípios mais poluentes;</p> <p>*Divulgar nos meios de comunicação e realizar em todas as escolas estaduais oficinas tratando do tema, com o objetivo de esclarecer a importância da elaboração dos planos, garantindo a participação e controle social. Até 2020;</p> <p>*Realizar eventos em cada município, com campanha de sensibilização ambiental para os temas: 1) impactos nocivos da queima de lixo e manejo dos resíduos; 2) soluções atuais para esgotamento sanitário individual; 3) convivência e aproveitamento das tecnologias aplicadas para águas (cisternas, sistemas, barreiros etc.). Com participação de alguma entidade afim do Governo Estadual. Até 2017</p>
	Implementar os PMSB e assegurando a gestão dos serviços	<p>*Criação dos 24 órgãos colegiados de controle social de saneamento básico até 2020, ou adaptar estatutos dos existentes para esta competência.</p> <p>*Valorizar e incentivar experiências exitosas na prestação dos serviços de saneamento básico no meio rural, como por exemplo o modelo da Central de Associações, promovendo 4 seminários de intercâmbio nas zonais do Território, até 2024.</p>

3. Fortalecer as políticas de meio ambiente e de recursos hídricos visando a restauração ecológica e da sociobiodiversidade da Chapada Diamantina.	Assegurar a gestão de parques municipais e nacionais, incentivando a criação de novos parques.	<ul style="list-style-type: none"> * Captar recursos e financiamentos institucionais ou via edital para reflorestamento dos mananciais hídricos bem como projetos de cunho ambiental. Até 2020; * Reflorestamento de 30% das áreas degradadas. Até 2020;
	Fortalecer os órgãos de gestão e fiscalização ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> * Instalar uma delegacia ambiental para dar suporte à polícia ambiental CIPPA e promotoria ambiental; até 2019; * Obter da SEMA plano de gestão das APA's, do ICMBIO e do PNCD, contribuindo para sua análise e efetivação, até 2019;
	Assegurar a gestão de recursos hídricos visando a conservação das águas.	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliar em 100% a fiscalização de captação e perfuração de poços ilegais de grandes empreendimentos, até 2024; * Elaboração e implementação dos Planos das Bacias Hidrográficas do Rio Paraguaçu e do Rio das Contas até 2020; * Implementar tecnologias que visam o uso mínimo da água, a exemplo de irrigação por gotejamento e irrigação localizada, em 20% dos empreendimentos de agricultura familiar. Até 2020.
	Fortalecer a comunicação e interação dos agentes territoriais com Conselhos Municipais, Unidades de Conservação e Comitês das Bacias Hidrográficas no Território	<ul style="list-style-type: none"> * Obter assinatura de TAC entre municípios limítrofes na região do Alto Paraguaçu para implantação do sistema de gestão ambiental e reflorestamento nas maiores cidades poluentes, até 2019;
	Promover ações de educação ambiental como mecanismos de informação e conscientização.	<ul style="list-style-type: none"> * Apoiar 70% de programas e projetos já existentes, até 2019; * Capacitar 80% dos professores da rede pública estadual e municipal em educação ambiental. Até 2020; * Fomentar a criação de um programa territorial de educação ambiental com foco na questão hídrica. Até 2020; * Criar um grupo de trabalho e um plano de ação para desenvolver as ações específicas de educação ambiental no território * Implantar ações de educação ambiental, em conjunto com as secretarias municipais de educação e com apoio de parceiros, em todos os municípios do território, até 2020; * Realizar 10 oficinas de apoio técnico para construção de políticas municipais de educação ambiental, com seus

		respectivos programas em todos os municípios do território, através de processos participativos, até 2020; * Financiamento de projetos de educação ambiental através dos fundos municipais de meio ambiente, até 2020;
	Reduzir impactos ambientais, fortalecendo a agricultura familiar com base na agroecologia.	* Reduzir em 30% o desmatamento e a contaminação dos mananciais por agrotóxicos. Até 2022; * Reduzir em 30% a degradação do solo. Até 2022; * Implementar ao menos 5 ações do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Território. Até 2020; * Fomentar a transição agroecológica de 70% dos agricultores que estão localizados no entorno dos Parques e APPs, privilegiando a agrofloresta como matriz tecnológica, até 2022;
4. Fortalecer a prevenção e o combate aos incêndios florestais	Elaborar programa de prevenção e combate a incêndios florestais.	* Realizar zoneamentos de risco. Até 2019; * Realizar 3 oficinas em cada uma das 4 zonais do Território para elaboração do programa de prevenção. Até 2020; * Elaborar índices de monitoramento e fazer boletins periódicos da situação, até 2024 (contínua); * Elaborar Plano de Monitoramento e Avaliação do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, até 2017; * Realizar 4 ações de educação ambiental como mecanismos de prevenção nas 4 zonais do território; até 2020; * Desenvolver um sistema integrado para monitoramento de incêndios e queimadas e comunicação com as brigadas, até 2019;
	Fortalecer as Brigadas existentes	* Capacitar 100% das brigadas civis em combate a incêndios e queimadas, até 2019; * Elaborar diagnóstico da situação atual de 100% das brigadas, levantando seus recursos materiais e humanos, até 2017; * Oferecer infraestrutura para 100% das brigadas, até 2020;

5. Gestão do Desenvolvimento

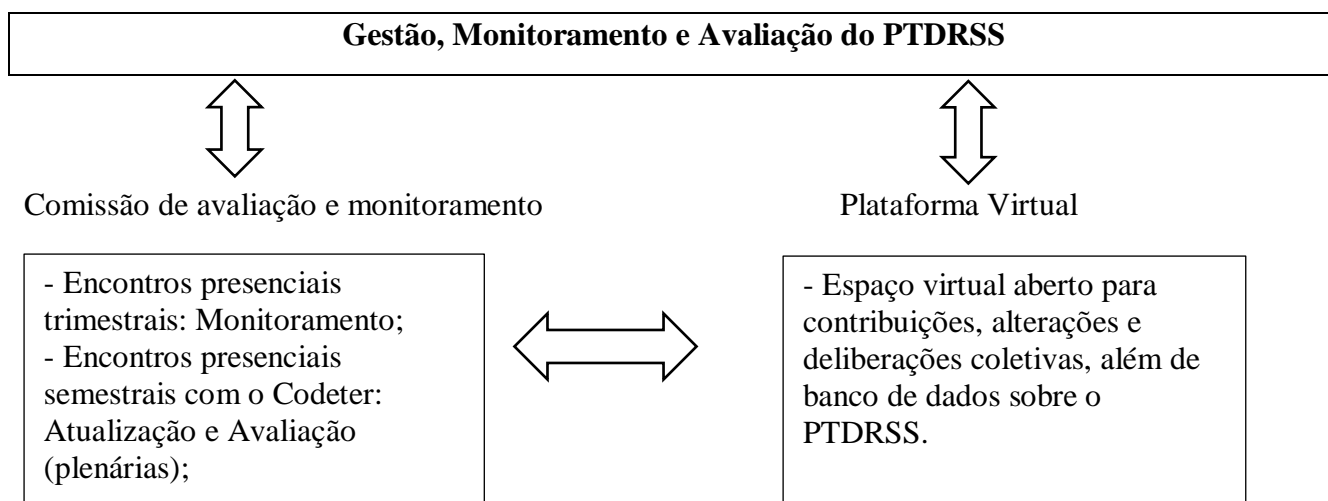
O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Chapada Diamantina foi construído durante um rico processo de concertação social, onde foram ouvidos os atores que compõem o território e as instâncias consultivas e deliberativas do Colegiado Territorial da Chapada Diamantina. Nesse sentido, o processo de gestão e monitoramento deste PTDRSS será feito de forma semelhante, privilegiando a participação dos entes colegiados, a fim de construir um processo coletivo e dialógico durante os oito anos de sua vigência.

O CODETER TICD é composto pelos órgãos deliberativos, Plenária e Núcleo Diretivo, bem como pelas instâncias consultivas, Câmaras Técnicas e Comitês Temáticos. São nesses espaços que se constroem a governança e as pactuações territoriais. Assim, caberá a estas instâncias gerir e monitorar os objetivos, metas e estratégias elencados no PTDRSS. Para isso, será criada uma comissão permanente de acompanhamento e avaliação do plano, responsável pela elaboração e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PTDRSS. Composto por dois membros de cada Câmara Técnica, Comitê Temático e Núcleo Diretivo, esta comissão deverá se reunir trimestralmente para discutir e avaliar as questões de implementação do Plano. Este grupo terá como tarefa o acompanhamento interno das discussões acerca das ações e metas almejadas, construindo uma metodologia de priorização das demandas, bem como a articulação com os órgãos públicos, cobrando destes a execução das metas.

Com relação à primeira responsabilidade, de avaliar e monitorar internamente a implementação do PTDRSS, a comissão organizará semestralmente um momento de escuta com os demais membros do Colegiado, a fim de atualizar e qualificar as demandas com relação aos prazos e quantidades estabelecidos no Plano. Para a segunda responsabilidade, a de articular a execução das metas com os órgãos públicos, a comissão, bem como os membros do colegiado como um todo, irão assegurar que as metas dos planos sejam incluídas nos Planos Plurianuais Estaduais (PPA), além de cobrar e fiscalizar sistematicamente a implementação das metas.

Ao longo da elaboração do PTDRSS, percebeu-se que a questão do deslocamento para participação nas oficinas é bastante difícil para a grande maioria dos membros do CODETER, tendo em vista o tamanho do território e a ausência de transporte intraterritorial. Por isso, está previsto como instrumento de gestão e acompanhamento do PTDRSS a criação de um espaço virtual na plataforma de trabalho colaborativo “Corais”, a fim de que os membros da comissão citada acima possam compartilhar com os demais atores do território as informações relacionadas ao Plano. Nesta plataforma serão disponibilizados o PTDRSS, as atas das reuniões da comissão, relatórios de monitoramento e avaliação com as propostas de ajuste às demandas do plano, bem como outros informes pertinentes. A plataforma permite também que algumas etapas do trabalho coletivo sejam feitas de forma virtual, assegurando discussões e processos de tomadas de decisão via votações. O link de acesso a esta plataforma será disponibilizado para os membros do colegiado, bem como divulgado no site do Território Chapada Diamantina que está sendo criado pela equipe Nedet/Chapadeiros e deverá ser finalizado até o mês de março/2017.

É interessante pontuar que as duas ferramentas propostas nesta metodologia de gestão, sendo elas os encontros presenciais e a plataforma virtual, não são excludentes. O objetivo é de possibilitar ao máximo a participação de todos, potencializando o trabalho coletivo e participativo.



6. Bibliografia

CODETER, Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Chapada Diamantina, Seabra, 2010.

MDA, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, 2014.

SEPLAN, Devolutivas do PPA, Salvador, 2016.

_____, **Perfil dos territórios de Identidade da Bahia**, Ed. SEI, Salvador, 2015.

_____, **Zoneamento Ecológico–Econômico**, Bahia, 2014.

SDR, Território de Identidade Chapada Diamantina: Perfil Sintético, Salvador 2015.

7. Anexo I- FOTOS

Processo Participativo de Elaboração do PTDRSS- Chapada Diamantina



Figura 9: Oficina 1 com membros de câmaras e do Núcleo diretivo.



Figura 10: Oficina com membros das Câmaras técnicas e Núcleo Diretivo



Figura 11: Plenária de validação do PTDRSS